

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CARLOS HENRIQUE DE MORAIS

O retrato da Baixada Fluminense:

Uma análise histórica e a evolução dos principais indicadores dos municípios
baixadianos na última década (2010-2019)

SEROPÉDICA, RIO DE JANEIRO

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Carlos Henrique de Moraes

O retrato da Baixada Fluminense:

Uma análise histórica e a evolução dos principais indicadores dos municípios
baixadianos na última década (2010-2019)

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Economia,
do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Viviana de
Freitas Cabral

SEROPÉDICA, RIO DE JANEIRO

2022

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus! Também quero agradecer ao ensino público e a cada professor que passou e fez a diferença no meu caminho, do ensino fundamental a graduação, sem os professores, nossos grandes mestres, não há possibilidades de futuro.

Quero também agradecer a minha família que sempre acreditou em mim e me apoiou nessa jornada, a minha mãe, dona Denizete, por todo apoio e por lutar tão bravamente para ver seus filhos bem. Sem o esforço dela, nada disso seria possível.

Também quero agradecer a minha orientadora, Professora Dra. Maria Viviana de Freitas Cabral por todos os ensinamentos, tanto na graduação, quanto na monografia, pelo acolhimento e a amizade demonstrada, sou grato e vou levá-la sempre comigo, agora não mais como estudante, mas como colega economista.

Ainda, um agradecimento especial aos dois outros mestres que, junto a minha orientadora, compõem minha banca. À querida professora Dra. Luciana da Silva Ferreira, quero agradecer-lá e dizer que além de uma professora exemplar, você é certamente uma inspiração não só para minha pessoa, mas para o Curso de Economia da Rural. Agradeço também ao professor Dr. Joilson de Assis Cabral, um mestre excepcional onde desde o começo da graduação, nas primeiras aulas de microeconomia até os trabalhos em pesquisas atualmente, tive o grande prazer de aprender com. Obrigado mestres! Disse uma vez neste agradecimento e repito: sem vocês não há possibilidades de futuro.

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo principal apresentar os principais indicadores referentes à demografia, infraestrutura, economia, violência, desenvolvimento social e educação para os treze municípios da Baixada Fluminense no período que compreende a última década (2010-2019). Serão considerados também na análise a critério de comparação a capital e o estado do Rio de Janeiro. Ainda, o trabalho propõe trazer diferentes momentos da história da Baixada, desde a colonização do Brasil até o momento de industrialização no século passado. Com isso, pôde-se perceber a evolução dos municípios que compõem a Baixada no que tange a tornarem atualmente cidades populosas, demonstrando que, desde a formação do território dos municípios baixadianos, a região reflete uma imagem hegemônica de desigualdade social. Ademais, estes municípios apresentam os piores indicadores socioeconômicos, corroborando a imagem de “cidades dormitórios”, “*locus* de violência” e “homogeneidade da desigualdade”. Ainda que a realidade atual dos municípios baixadianos comprove sua debilidade socioeconômica, a Baixada Fluminense historicamente já mostrou seu potencial para ser uma importante região produtiva e consumidora para o Estado. É uma região estratégica em termos logísticos com a possibilidade de abrigar investimentos e a atividade industrial além de possuir grandes centros comerciais e um enorme mercado consumidor. Sendo assim, urge a necessidade de políticas públicas que desenvolvam os municípios da Baixada Fluminense, afinal esta região é de suma importância para o desenvolvimento pleno do Estado Fluminense.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Dinâmica Econômica, Formação Territorial.

ABSTRACT

The main objective of the present study is to analyze the main indicators related to demography, infrastructure, economy, violence, social development, and education for the thirteen municipalities of the Baixada Fluminense in the period covering the last decade (2010-2019). Furthermore, the analysis will also consider the capital city and the state of Rio de Janeiro as comparison criteria. Furthermore, the work proposes to bring different moments of the history of the Baixada, from the colonization of Brazil to the moment of industrialization in the last century. In this way, the evolution of the municipalities that make up the Baixada could be seen, in terms of how populous they have become today, demonstrating that, since the formation of the territory of the Baixada municipalities, the region reflects a hegemonic image of social inequality. Furthermore, these municipalities have the worst socioeconomic indicators, corroborating the image of "dormitory towns", "locus of violence", and "homogeneity of inequality". Although the current reality of the Baixada Fluminense municipalities is proof of their socioeconomic weakness, the Baixada Fluminense has historically shown its potential to be an important productive and consumer region for the state. It is a strategic region in terms of logistics, with the possibility of hosting investments and industrial activity, besides having large commercial centers and a huge consumer market. Thus, there is an urgent need for public policies that develop the municipalities of the Baixada Fluminense, after all, this region is of the utmost importance for the full development of the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Economic Dynamics, Territorial Formation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização geográfica dos municípios da Baixada Fluminense	8
Figura 2: Localização geográfica da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro	32
Gráfico 1: Taxa de crescimento anual da população	37
Gráfico 2: Participação percentual no PIB do Rio de Janeiro	41
Gráfico 3 - Número de empresas na Baixada Fluminense	42
Gráfico 4: Participação percentual de transferências do Estado e União na receita orçamentária total dos municípios.	48
Gráfico 5: Índice de GINI	59
Gráfico 6: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estimativa de população residente.....	33
Tabela 2: Estimativa de População residente por nível de instrução	34
Tabela 3: Estimativa de População por nível de Instrução (dados agregados).....	36
Tabela 4 : Estimativa do número de domicílios	38
Tabela 5: Produto Interno Bruto a preços correntes.....	39
Tabela 6: Produto Interno Bruto a preços correntes (dados agregados).....	39
Tabela 7: Produto Interno Bruto a preços correntes per capita.....	40
Tabela 8: Número de Microempreendedores Individuais Formalizados	43
Tabela 9: Número de empregos formais	44
Tabela 10: Número de empregos formais (dados agregados).....	44
Tabela 11: Remuneração média do emprego formal	45
Tabela 12: Remuneração média do emprego formal (dados agregados).....	45
Tabela 13: Receita orçamentária total.....	46
Tabela 14: Receita orçamentária total (dados agregados).....	46
Tabela 15: Arrecadação tributária per capita.....	47
Tabela 16: Despesa orçamentária total liquidada	48
Tabela 17: Relação entre despesa total liquidada e receita orçamentária.....	50
Tabela 18: Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes	51
Tabela 19: Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes (dados agregados).....	51
Tabela 20: Taxa de morte por intervenção de agentes do Estado	52
Tabela 21: Taxa de estupro por 100 mil habitantes	53
Tabela 22: Taxa de total de roubos por 100 mil habitantes.....	53
Tabela 23: Taxa de apreensão de drogas por 100 mil habitantes.....	54
Tabela 24: Taxa de apreensão de adolescente por prática de ato infracional por 100 mil habitantes.....	55
Tabela 25: Número de famílias beneficiárias do Bolsa-Família.....	57
Tabela 26: Domicílios abaixo da linha de pobreza segundo renda per capita das famílias.....	58
Tabela 27: Taxa de matrícula por sexo no Ensino Fundamental	60
Tabela 28: Taxa de matrícula por sexo no Ensino Médio	61
Tabela 29: Taxa de matrícula por sexo no Ensino Técnico.....	61
Tabela 30: Taxa de distorção idade/conclusão do Ensino Fundamental	63
Tabela 31: Taxa de distorção idade/conclusão do Ensino Médio.....	63
Tabela 32: Taxa de distorção idade/conclusão do Ensino Técnico.....	64
Tabela 33: Taxa de analfabetismo	64

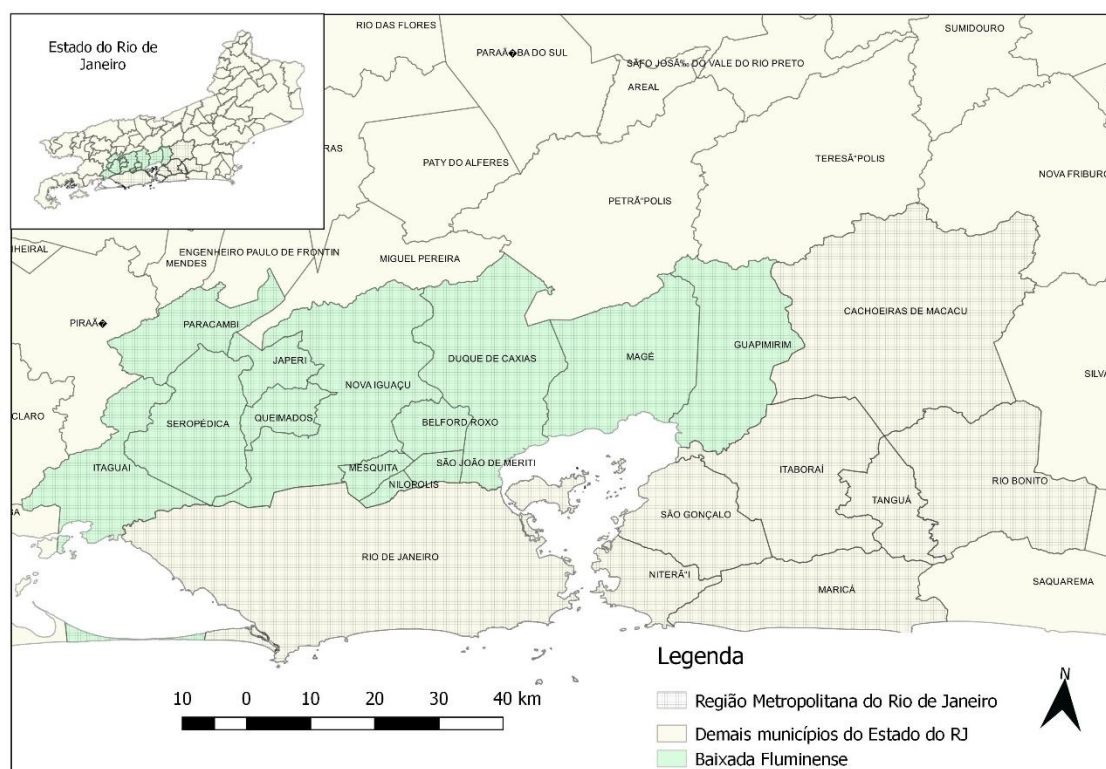
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. A HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE.....	10
1.1 – A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA BAIXADA FLUMINENSE.....	10
1.2 – A BAIXADA FLUMINENSE COMO PARTE DO “CAMINHO DO OURO”	11
1.3 – O CICLO DO CAFÉ E UMA BREVE RUPTURA DA BAIXADA COM A ESTAGNAÇÃO	12
1.4 – A CULTURA CÍTRICA NO TERRITÓRIO DE NOVA IGUAÇU E UMA NOVA FASE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OCUPAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE	16
1.5 – OS ANOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XX E A MUDANÇA NA BAIXADA FLUMINENSE: DE REGIÃO RURAL A PERIFERIA URBANA	21
1.6 – BAIXADA FLUMINENSE: DAS MAZELAS ÀS SUAS POTENCIALIDADES	24
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E BASE DE DADOS	28
3. PRINCIPAIS INDICADORES PARA OS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE E RIO DE JANEIRO.....	32
3.1 – GRUPO 1: DEMOGRAFIA E INFRAESTRUTURA	33
3.2 – GRUPO 2: ECONOMIA E EMPREGO.....	38
3.3 – GRUPO 3: FINANÇAS PÚBLICAS	45
3.4 – GRUPO 4: VIOLÊNCIA	50
3.5 – GRUPO 5: DESENVOLVIMENTO SOCIAL	56
3.6 – GRUPO 6: EDUCAÇÃO	60
CONCLUSÃO.....	66

INTRODUÇÃO

A Baixada Fluminense é uma sub-região da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Com mais de três milhões de habitantes, trata-se da segunda maior população do estado fluminense (IBGE, 2012), só sendo superada pela capital. A Baixada Fluminense é composta por treze municípios, sendo que Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita estão localizados ao norte da cidade do Rio de Janeiro, Magé e Guapimirim a leste, Japeri e Paracambi a oeste, Seropédica e Itaguaí a noroeste, conforme pode ser observado por meio da Figura 1.

Figura 1: Localização geográfica dos municípios da Baixada Fluminense



Fonte: PIBID Geografia UFRJ (2020).

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, pode-se perceber um aumento no contingente populacional da Baixada (IBGE, 2012). Este fenômeno acontece desde a industrialização brasileira, quando a região se tornou destino de milhares de migrantes vindos do Nordeste e da região Sudeste do Brasil em busca de emprego nas indústrias que começavam a se instalar na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Soares (1964, p.30), a região era denominada como “cidades-dormitório”, pois esse novo contingente populacional se instalava na Baixada devido à

dificuldade de encontrar aluguéis em conta e mais próximos do município do Rio de Janeiro, onde se concentravam as fábricas. Desde o começo de sua expansão demográfica, sua primeira função consistia em abrigar a mão de obra que chegava ao estado do Rio de Janeiro, “exportando” a maioria deste contingente de trabalhadores para o município do Rio de Janeiro. Hoje, à mercê da existência de indústrias e grandes centros comerciais nas cidades da Baixada, há milhares de moradores destes municípios que se deslocam diariamente em direção ao Rio de Janeiro para trabalhar.

A indústria, o transporte e o alto fluxo de mão de obra tem sido os fatores que conectam a Baixada Fluminense e o estado do Rio de Janeiro ao longo da história. Atualmente, segundo o IBGE (2012), a Baixada Fluminense abriga cerca de 3,9 milhões de pessoas, sendo responsável por apenas 11% dos empregos formais no Rio de Janeiro. Sendo assim, mesmo com um enorme mercado consumidor, polos industriais e grandes centros comerciais, os municípios da Baixada ainda são considerados como “cidades dormitório”.

Para compreender histórica e analiticamente a evolução dos indicadores dos municípios baixadianos, o presente trabalho será dividido em três capítulos, além da introdução e conclusão. Cabe ao primeiro capítulo mostrar a região da Baixada Fluminense através de sua trajetória histórica, observando a sua construção política, econômica e social. No segundo capítulo, o intuito é mostrar a metodologia aplicada para a obtenção dos dados expressos nos indicadores deste trabalho. Já no terceiro capítulo são apresentados os indicadores que se dividem em seis importantes grupos: Grupo 1 – Demografia e Infraestrutura, Grupo 2 – Economia e Emprego, Grupo 3 – Finanças Públicas, Grupo 4 – Violência, Grupo 5 – Desenvolvimento Social e Grupo 6 – Educação.

De maneira geral, a partir da análise histórica da Baixada Fluminense foi possível perceber que a região se tornou ponto estratégico para o Estado desde a colonização até a descentralização industrial no Rio de Janeiro durante o século XX, passando pelo crescimento econômico da primeira década do século XXI, de acordo com Figuerêdo (2004). A partir da apresentação e descrição dos indicadores, por outro lado, é perceptível as potencialidades, assim como a ineficiência econômica, política e social constante nos municípios da Baixada Fluminense. Cabe informar que, os indicadores foram apresentados para a capital e para o estado do Rio de Janeiro com a finalidade de mostrar a participação dos municípios da Baixada Fluminense na economia estadual.

1. A HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE

1.1 – A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA BAIXADA FLUMINENSE

A Baixada Fluminense, desde o período colonial, se mostra uma importante região estratégica para o Estado do Rio de Janeiro. Parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, no começo do século XV, a Baixada se caracterizava por uma paisagem natural composta por planícies, colinas, manguezais e uma rica rede hidrográfica desaguando na Baía de Guanabara que, à época, era considerada a porta de entrada do Rio de Janeiro. Dessa forma, a Baixada se tornava atrativa para a visão daqueles que se destinavam a ocupar o interior do território nos primeiros séculos da colonização e ocupação do Rio de Janeiro.

De acordo com Figuerêdo (2004), tem-se registro das primeiras sesmarias da região da Baixada Fluminense nos anos de 1558, no Rio Guandu; 1565, nos Rios Magé e Iguaçu; e 1568, no Rio Inhomirim. Estas concessões ocorrem ao longo dos séculos e as áreas da Baixada, antes ocupadas por indígenas, são ocupadas por desbravadores de terra (homem branco).

A partir desta ocupação e das primeiras sesmarias foram surgindo as primeiras fazendas da região da Baixada que se dedicavam ao plantio e ao cultivo da cana-de-açúcar, sendo os primeiros engenhos destinados à fabricação do açúcar e da aguardente. O primeiro registro de um engenho na região da Baixada é datado no século XVI, às margens do Rio Magé.

Na Baixada Fluminense, a população, livre e escrava, estava dispersa nos diversos engenhos de açúcar e fazendas policultoras que se estabelecem próximas aos rios de onde partem barcos carregando açúcar e gêneros alimentícios para a cidade do Rio de Janeiro, onde eram consumidos ou embarcados para Portugal. Em geral as fazendas tinham os seus próprios atracadouros, não necessitando dos portos das localidades ao longo dos rios que tinham, por sua vez, pouca importância. (SIMÕES, 2006, p. 62)

Comum no período colonial, o aparecimento das fazendas e engenhos era acompanhado pela presença da igreja, que, de acordo com Figuerêdo (2004), dividia seu território em jurisdição religiosa como freguesias, paróquias ou curatos. Dentre algumas freguesias que surgiram nesta época, pode-se citar: Freguesia de Santo Antônio de

Jacutinga, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, Freguesia de São João de Meriti e Freguesia de Piedade de Iguçu.

Além do cultivo da cana-de-açúcar, também se desenvolvia no território o plantio de alguns produtos agrícolas como feijão, milho, mandioca, arroz, legumes e a extração de madeira retirada das matas e transformadas em lenha, sendo essa utilizada nas próprias fazendas como produto de primeira necessidade e para abastecer o mercado consumidor do Rio de Janeiro. De acordo com Figuerêdo (2004), era utilizada a mão-de-obra escrava negra, sendo datado em meados do século XVI o primeiro carregamento de negros em terras fluminenses.

Foi através da mão-de-obra escrava, inclusive, que foi facilitada a comunicação da região da Baixada Fluminense com o porto do Rio de Janeiro. Figuerêdo (2004) mostra que os escravos eram responsáveis por criar condições fluviais favoráveis para a conexão com o porto, cuidando da limpeza, abertura de canais e a desobstrução dos rios, permitindo assim o escoamento da produção agrícola e o recebimento de mercadorias e pessoas que se dirigiam à região da Baixada por meio de embarcações.

1.2 – A BAIXADA FLUMINENSE COMO PARTE DO “CAMINHO DO OURO”

No ciclo do ouro, os tropeiros marcaram um importante movimento no processo de formação territorial do que conhecemos como Baixada Fluminense. Foi através do transporte desses tropeiros que se possibilitou o abastecimento das grandes Minas Gerais, que tinha como atividade principal a mineração. Regiões como o Rio de Janeiro, mais particularmente a Baixada Fluminense, auferiram indiretamente dos lucros que vinham da exploração aurífera. A Baixada, neste momento, abastecia com o açúcar produzido pelas fazendas e engenhos de sua região, a região de Minas Gerais que começava o período de exploração desse minério.

A geografia da região da Baixada começou a ser mais desbravada a partir do final do século XVII, com a necessidade de se encontrar novos caminhos para o escoamento da produção aurífera vinda do interior (Minas Gerais) para o litoral (Rio de Janeiro). A

Baixada Fluminense, tal como todo o Recôncavo da Guanabara, serviu de passagem para estes carregamentos. Com a intensificação da produção aurífera, tornou-se cada vez mais necessária a formação de novos caminhos que facilitassem a chegada ao interior (Minas Gerais), e tanto a região da Baixada Fluminense quanto o Recôncavo da Guanabara começaram a experimentar mais mudanças em sua geografia.

Novos caminhos desbravados por tropeiros e seus muares, de acordo com Figuerêdo (2004), ofereceram de imediato uma redução no tempo de viagem até o interior, de três meses para pouco mais de quinze dias e, em 1724, o Caminho do Inhomirim reduziria a viagem do Rio para Minas Gerais para quatro dias. Esses caminhos, que cortavam também a Baixada fluminense, eram considerados os “caminhos do ouro”. O ciclo do ouro, aliado ao tropeirismo, acarretou mudanças na paisagem da Baixada Fluminense e interferiu na vida política e econômica do Rio de Janeiro, que em 1763 foi elevado à Sede do Vice-Reinado e tinha em seu porto grande importância para a exportação do ouro que vinha de Minas Gerais. Conforme descreve Simões (2006, p. 64)

Esses caminhos não criaram grandes aglomerações na Baixada Fluminense, mas estabeleceram alguns dos padrões que vão determinar o processo de ocupação e urbanização da Baixada Fluminense nos séculos seguintes. Em primeiro lugar consolida a primazia da cidade do Rio de Janeiro e a subordinação dos núcleos urbanos que margeavam estes caminhos a sua órbita de influência. Esta primazia se torna regional e nacional a partir da transferência da capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

Neste período, a Baixada recebia um maior fluxo de mercadorias, pessoas e a relação do interior com o litoral se intensificava. Ainda assim, esses primeiros séculos da história da região, mesmo com as fazendas, engenhos e o “caminho do ouro”, não apresentaram progresso a ponto de haver um notável crescimento e desenvolvimento da região.

1.3 – O CICLO DO CAFÉ E UMA BREVE RUPTURA DA BAIXADA COM A ESTAGNAÇÃO

Foi com a chegada do século XIX que a Baixada Fluminense experimentou, de fato, mudanças significativas na sua economia e desenvolvimento como região de destaque no Estado do Rio de Janeiro. A produção de café no país se expandiu a partir da

Baixada Fluminense e do Vale do Rio Paraíba, que atravessava o Rio de Janeiro e São Paulo. A produção cafeeira se beneficiou da estrutura escravista do país e a geografia da Baixada permitiu que a região tivesse destaque neste momento do período colonial.

Pelo fato de já ser rota de transporte de mercadorias e ser conectada às zonas de mineração, além de apresentar clima e solo favoráveis ao plantio do café e ter grande parte de suas terras já desmatada, a introdução das lavouras cafeeiras na Baixada e seus entornos se deu de forma oportuna e beneficiou o escoamento da produção através das estradas já existentes até o porto do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense teve, dentro do cenário cafeeiro, fatos decisivos para a sua vida econômica, sendo esses: o ciclo do café, o surgimento das primeiras vias férreas do país e a libertação dos escravos. Foi com o surgimento do café que começaram a surgir as aglomerações populacionais e, com o grande fluxo de pessoas e mercadorias, a Baixada começava a ter uma dinâmica econômica, ainda que não tão expressiva.

Conforme descreve Soares (1964) essas aglomerações não necessariamente contribuíam para o desenvolvimento da região da Baixada como um local urbano, visto que utilizavam a região apenas para fins comerciais de movimentação e escoamento da produção cafeeira. A região foi elevada à categoria de vila devido à sua importância como facilitadora no tráfego da produção até o porto; porém, a Baixada não apresentava muitas características que pudessem a transformar em cidade. O comércio local e seu mercado consumidor eram compostos por pessoas que somente estavam na região de passagem, como, por exemplo, tropeiros, viajantes, mercadores e comissários de café. A população que de fato residia na região era pequena e predominantemente constituída por negociantes, ferradores e botequineiros.

Alguns municípios da Baixada Fluminense começaram a se desenvolver e serem efetivamente ocupados com a chegada do ciclo do café. Itaguaí, que até então era uma aldeia administrada por jesuítas e que contava com a presença de algumas famílias indígenas, começaria a ter uma dinâmica mais intensa com o advento do café. Lamego (1964) descreve que o café que descia da serra e não era encaminhado diretamente para os outros portos da Baixada ou da zona oeste, estacionava em Itaguaí para o embarque marítimo e fluvial. Tal fato propiciou o surgimento do comércio e gerou mudanças na região, com a construção de casas, vendas, lojas e um pelourinho, o que elevou a cidade a categoria de Vila em 1822.

O mesmo movimento de crescimento e desenvolvimento acontece com Iguaçu, elevada ao status de Vila em 1833. De acordo com Figuerêdo (2004) por lá passavam os tropeiros em direção ao Porto de Pilar e a Vila de Iguaçu adquiriu sua importância justamente devido aos portos fluviais fixados no Rio Iguaçu. Ainda, foi criada a Vila de Estrela, que tinha um porto nas margens do Rio Inhomirim. Vale destacar ainda que o Caminho do Inhomirim era o preferido dos tropeiros por apresentar geografia menos íngreme e por ser próximo ao Vale do Paraíba. Os Portos de Iguaçu e o de Estrela embarcavam a produção do café que descia da Serra e existia, entre eles, uma concorrência. O Porto de Estrela levava vantagem sobre o de Iguaçu pois realizava navegação a vapor, ainda, o Porto de Iguaçu já levava desvantagens consequentes do desmatamento da Serra Tinguá, o que fez com que o volume de água das nascentes diminuísse.

Durante a primeira metade do século XIX a Baixada vivenciou um momento de crescimento e desenvolvimento enquanto região, dada a estrutura fluvial e as passagens já utilizadas desde o ciclo do ouro. A partir da segunda metade do século a situação se inverteria. A produção cafeeira crescia em níveis exponenciais e a Baixada dependia de condições naturais para continuar oferecendo condições favoráveis ao escoamento de todos os produtos que por ela passavam, principalmente o café. Em tempos de maré baixa e secas, por exemplo, o escoamento da produção era prejudicado, o que levou a procura de soluções para que a exportação do café não fosse prejudicada e essa solução foi a construção das linhas férreas.

De acordo com Figuerêdo (2004), em 1854 seria inaugurada a primeira estrada de ferro do país, que saía de Magé e seguia até Raiz da Serra, depois sendo prolongada até Petrópolis. Com a ferrovia, a produção cafeeira e o movimento de mercadorias, antes realizados por estradas que nem sempre contavam com uma geografia favorável e por meios fluviais, seria muito facilitada. Ainda, logo após a construção da primeira linha férrea, outras foram surgindo, inclusive partindo do Rio de Janeiro em direção a Baixada Fluminense. Já em 1858 era inaugurado o primeiro ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, passando por regiões que atualmente correspondem a Nova Iguaçu, Queimados e Japeri, até chegar no Vale do Paraíba em 1864. Outra estrada de Ferro que também chegava na Baixada Fluminense foi a Leopoldina Hailway, saindo de São Francisco Xavier e, em 1886, chegando a Duque de Caxias.

Além das novas ferrovias, a abolição da escravidão em 1888 também foi um fator crucial no declínio e aprofundamento da crise na Baixada Fluminense, pois as fazendas e engenhos da região foram afetados pela perda da mão-de-obra escrava. Até a inauguração das linhas férreas no Rio de Janeiro, o café havia sido responsável por aquecer a economia na Baixada, pois o caminho do café, passando pela Baixada, proporcionava a instalação de comércios onde girava capital, porém, com a ferrovia aconteceu a decadência e esvaziamento na Baixada.

A diminuição do fluxo de pessoas, o fim do tropeirismo, o esvaziamento de comerciantes, inclusive de café, nas regiões da Baixada Fluminense, deixara uma imagem de abandono, conforme descreve Figuerêdo (2004). Ainda, com este esvaziamento e a economia ainda nascente na região esfriando, não existia nem a conservação dos rios, o que causava encharcamento das áreas ribeirinhas, a vegetação invadia regiões antes ocupadas e ainda doenças que se desenvolviam na região dadas as condições insalubres.

Apesar de na segunda metade do século XIX a Baixada ter sofrido com a decadência da economia somada ao descaso das autoridades para reverter tal quadro, isso não significou que a região se tornou estéril e sem atividade alguma. Figuerêdo (2004) descreve que Itaguaí, por exemplo, já elevada à categoria de Vila, encontrou o desenvolvimento da pecuária local e Magé se beneficiou dos importantes portos de Mauá e Estrela. Na primeira metade do século XIX, uma fábrica de pólvora era instalada próximo ao Porto de Estrela, na região que hoje corresponde a Magé. A fábrica absorveu três grandes fazendas onde a região, rica em matas e enormes nascentes, atendia a demanda da fábrica que viria, mais tarde, atender a demanda do Exército Imperial e aliados na Guerra do Paraguai. Também, na segunda metade do século XIX, também se instalaria a indústria têxtil e fábricas que acarretariam para a região a construção de vilas operárias, escolas, armazéns, igrejas e o desenvolvimento de atividades agrícolas.

No geral, as últimas décadas do século XIX marcaram a Baixada com crise e mudança negativa no panorama econômico. Porém, seria na última década do século XIX que aparecia um fator decisivo para a retomada do crescimento e o aparecimento de uma nova escala de desenvolvimento e panorama urbanístico.

1.4 – A CULTURA CÍTRICA NO TERRITÓRIO DE NOVA IGUAÇU E UMA NOVA FASE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OCUPAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

A década de 1890 foi importante para a Baixada Fluminense (especialmente as terras de Nova Iguaçu) e marcaram o início de uma nova forma de desenvolvimento econômico não só para a região, mas como também para toda a economia fluminense e brasileira. A localização geográfica, questões de infraestrutura e naturais fizeram com que as terras da Baixada fluminense fossem atrativas para o cultivo cítrico, neste caso, da laranja.

No quesito geográfico, as terras de Nova Iguaçu (que hoje compreendem os municípios de Queimados, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Japeri, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Duque de Caxias) eram próximas ao porto do Rio de Janeiro e ao mercado consumidor do Estado. No quesito infraestrutura, a área era cortada pelo transporte ferroviário, o que permitia o escoamento da produção cítrica e o recebimento de matéria-prima e mercadorias, além da fácil conexão com o Porto do Rio de Janeiro, facilitando a exportação da laranja. Neste cenário, nascia uma nova fonte de renda para o desenvolvimento e ocupação da Baixada Fluminense e logo houve o interesse político do Estado no desenvolvimento da atividade de produção cítrica na Baixada.

Figuerêdo (2004) conta que o então presidente do Estado e da República, Nilo Peçanha, mostrou interesse na nova atividade criando isenções fiscais, promovendo obras de recuperação de regiões encharcadas devido o abandono e falta de manutenção nos Rios Iguaçu, Sarapuí, Inhomirim e Pilar, facilitando o transporte, comercio e plantio da laranja.

Conforme também descreve Figuerêdo (2004), as terras de Nova Iguaçu eram favoráveis ao desenvolvimento da cultura cítrica. O tipo de solo argiloso, o clima quente e úmido, o fato de o território contar com encostas que facilitavam o escoamento do excesso de água e a insolação necessária para a qualidade do fruto colocavam Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense, novamente, em um holofote produtivo. Em um primeiro momento, a atividade citricultora era desenvolvida nas zonas de morros, contrafortes e encostas, mas com o sucesso e a valorização da laranja, a atividade começou a se alastrar e loteadores, cada vez mais, desbravavam os territórios ampliando os laranjais.

Em um primeiro momento, o plantio da laranja se dava em pequenas propriedades fundiárias que já existiam e estavam em situação decadente após o ciclo cafeeiro e o esvaziamento que ocorreu na região da Baixada Fluminense neste período. Essas condições tornaram favorável o fracionamento das terras por firmas e até seus proprietários na época em que a laranja mais se desenvolveu, no período de 1920 a 1940 conforme descreve Figuerêdo (2004).

Vale lembrar que o interesse do Estado foi de suma importância para o desenvolvimento da citricultura na Baixada, o ambiente era propício e os investimentos aconteceram de forma determinante.

Finalmente, a própria vizinhança da capital seria elemento da maior importância para o incremento da cultura da laranja, pois não só ela constituía excelente mercado que absorvia todo o refugo, como também, os capitais da metrópole se interessariam pela região. De várias formas se manifestaria a participação desses capitais, contribuindo decisivamente para o surto do ciclo citrícola em Nova Iguaçu, quer financiando a constituição de laranjais para obtenção da fruta para a exportação, quer pela compra de grandes áreas para fragmentação e venda, sob a forma de chácaras já plantadas com laranjeiras, quer pela aquisição e plantio de imensas propriedades com laranjais, quer, ainda, pela instalação em certos pontos da região e, principalmente, na cidade, de packing-houses -os barracões- para beneficiamento do produto. (SOARES, 1952, p. 205)

Muitas firmas começaram a empreender capital na aquisição de grandes extensões de terras que eram subdividas e arrendadas para o plantio da laranja. Estas firmas também eram responsáveis pela exportação e beneficiamento da laranja. Existiam também alguns proprietários de terras que tiveram as mesmas atitudes destas firmas, arrendando suas terras e investindo nos laranjais de Nova Iguaçu.

Nos períodos de 1920 a 1940, durante a grande fase das lavouras citrícolas, se observou um aumento populacional na área rural na Baixada Fluminense, esse aumento populacional era decorrente do fluxo de mão-de-obra, assalariados, meeiros e lavradores. Neste período pôde-se observar o começo do território da Baixada fluminense enquanto subúrbio. Soares (1952, p. 206):

Entre 1920 e 1940, a população do município elevou-se de 33.396 para 105.809 habitantes. Nesse aumento da população de 72 413 habitantes, pesou muito, sem dúvida, a suburbanização dos distritos iguaçuanos vizinhos da metrópole - São João de Meriti e Nilópolis - porém, somente nos quatro

distritos essencialmente agrícolas (Nova Iguaçu, Cava, Queimados e Bonfim) o crescimento assinalado foi da ordem de 24 467 habitantes (de 18 707 em 1920, para 43 167 em 1940). Esse aumento resultou quase exclusivamente do crescimento da população no distrito de Iguaçu, em função da expansão da citricultura, pois a ele se devem 22 585 dos 24 467 habitantes acima referidos. Tais números expressam bem o grande afluxo de pessoas para as lides agrícolas na região mais próxima da cidade, merecendo ser acentuada a contribuição do elemento luso, que afluíu em grande número ao município, quer espontaneamente, comprando ou arredando sítios, quer trazidos, por seus compatriotas enriquecidos, diretamente de Portugal para o trato dos laranjais.

Desta forma, os laranjais de Nova Iguaçu tornaram a área central da cidade da Baixada Fluminense um grande posto de concentração, beneficiamento e exportação da produção citrícola de suas terras. A Baixada Fluminense, nesta época, não tinha a formação territorial que conhecemos hoje. Nova Iguaçu tinha uma grande extensão territorial e era dividida em distritos de forma não homogênea. Conforme descreveu Soares (1964), Nova Iguaçu era o centro administrativo de um município muito amplo composto por nove distritos, eram eles: Queimados, Cava, São João de Meriti, Xerém, Bonfim, Nilópolis, Duque de Caxias e Estrela. Estes distritos tinham suas peculiaridades geográficas e se diferenciavam da seguinte forma: o distrito de Iguaçu era onde se concentrava a citricultura e começava a apresentar certa densidade populacional; outra área era constituída pelos distritos de Xerém, Cava e Estrela, esta apresentava áreas pantanosas, com florestas e mangues e com baixa densidade populacional; já os distritos de Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias eram caracterizados por possuir uma população densa e suburbana, população essa que, todos os dias, iam para a Metrópole trabalhar. Essa última área composta pelos distritos de Nilópolis, Duque de Caxias e São João de Meriti demonstravam mais independência em relação ao centro administrativo da grande Iguassu, possuíam seu comércio e já apresentavam o começo de atividades industriais.

Dado o sucesso da cultura cítrica em Nova Iguaçu, o poder público e a iniciativa privada trataram de investir na melhoria, abertura e conservação de estradas, o que facilitou o acesso a área central do município, que era, na época, o grande centro beneficiador da laranja. Estes investimentos e melhorias nas estradas de Nova Iguaçu facilitaram a chegada de moradores e a chegada da produção dos laranjais à sede.

Com os laranjais, a Baixada Fluminense, na época Nova Iguaçu, se desenvolveu o tornou-se um centro de comércio e prestação de serviços, principalmente no que se relacionava à citricultura. Entretanto, Figuerêdo (2004) ressalta que esse progresso vindo da produção citrícola, novamente, não proporcionou especificamente ao distrito de Nova Iguaçu a formação de um núcleo urbano onde a região se beneficiasse pela diversificação do comércio, a proliferação da indústria e uma mudança na hierarquização dos centros.

Tal como foi no ciclo do café, quem mais se beneficiaria das riquezas produzidas na Baixada Fluminense seria a metrópole. Soares (1964) conta que Nova Iguaçu sempre sofreu com a proximidade da cidade do Rio de Janeiro, que em tempos passados já havia limitado as funções dos incipientes centros da Baixada Fluminense, os mantendo apenas como caminhos de escoamento de produção e terrenos de plantio. Assim como foi com o café, a laranja iria beneficiar a metrópole, movimentando seu porto, gerando lucro a bancos e riqueza aos exportadores. Nova Iguaçu não tinha controle nem sobre seus próprios distritos pois a metrópole limitava a atividade administrativa da Sede Municipal, fazendo com que os distritos cada vez mais se tornassem autônomos, autonomia essa que, mais tarde, iria transformar tais distritos em municípios, como foi o caso de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti.

Apesar de ser a metrópole a maior beneficiada com o apogeu cítrico, o período que compreendeu 1920 a 1940 representou para a Baixada Fluminense a sua melhor fase. Aconteceram importantes investimentos públicos direcionados à região. Figuerêdo (2004) elucida alguns desses investimentos, como a expansão da rede elétrica, a implantação do Programa de Saneamento Básico (Governo Getúlio Vargas, 1934), a eletrização da ferrovia Central do Brasil – Japeri em 1938 até Nova Iguaçu e a abertura de importantes rodovias no final da década de 20 do século passado, entre elas, a Rodovia Washington Luiz, a antiga Estrada Rio-São Paulo e a Avenida Automóvel Club. Estes investimentos, além de facilitar o escoamento da produção citrícola, também favoreceu o desenvolvimento dos transportes e a ocupação populacional nas terras da Baixada.

Porém, como todos os ciclos que a Baixada Fluminense vivenciou e proporcionaram um certo apogeu econômico, a citricultura também encontraria e causaria, além do declínio, uma repercussão negativa na Baixada.

A produção da laranja de Nova Iguaçu tinha como destino principal de exportação a Europa. De acordo com Figuerêdo (2004), a Inglaterra, França, Canadá, Argentina,

Suécia, Noruega e Finlândia formavam o mercado consumidor da laranja produzida na Baixada Fluminense. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial na Europa, o ciclo citrícola da Baixada começaria a apresentar seus primeiros sintomas de declínio, forçando a Baixada a entrar uma nova fase de transição e transformação espacial.

A guerra fez com que o seu principal mercado, o europeu, parasse de importar a produção de laranja, fazendo com que sobrasse, apenas, a Argentina e o mercado interno como consumidores finais. Além disso, a produção não contava com estrutura para o armazenamento dos milhares de quilos de laranja produzidos, fazendo com que o produto estragasse nos portos e a falta de demanda fez com que o preço do alimento caísse em níveis alarmantes. Soares (1964) descreve que a exportação para o mercado externo foi praticamente dizimada nos períodos de guerra devido à falta de investimentos e proteção à produção do próprio Estado que deixou a cargo das empresas estrangeiras o armazenamento das laranjas em navios frigoríficos delas, não construindo o seu próprio frigorífico no porto para armazenamento da produção. Caso o governo tivesse pensado e criado as formas necessárias para armazenamento da produção cítrica, não só evitaria que o alimento estragasse por falta de transporte, como garantiria a exportação para a Argentina, além de impedir que o mercado argentino ficasse abarrotado do produto, o que mais de uma vez, fez com que o preço do produto baixasse em níveis extraordinários.

Sofrendo interferência direta da guerra no continente europeu, os preços dos combustíveis no Brasil também foram um fator decisivo para o declínio da citricultura na Baixada Fluminense, pois, com o racionamento de combustível, o transporte da mercadoria dentro do próprio país também se tornou uma impossibilidade.

Já não suficiente os problemas com a falta do mercado europeu e a infraestrutura nacional insuficiente para abastecer e aquecer o mercado no próprio país, Soares (1964) ainda menciona um outro problema que agravou ainda mais a situação dos laranjais iguaçuanos, o aparecimento de uma praga chama mosca do Mediterrâneo, consequência da falta de interesse público em conservar e proteger a citricultura. Neste momento, os lucros não mais cobriam as despesas com os laranjais, o trabalho de limpeza e tratamento das lavouras foi abandonado.

Quando acaba a guerra e o mercado internacional volta a se aquecer e demandar o produto, não existia produção suficiente. Soares (1964) descreve que a situação da citricultura nacional era de calamidade, a produção havia sido reduzida à metade do que

outrora produzia e a qualidade do produto era baixa, dadas as pragas que atingiram os laranjais, esses fatores culminavam em um rendimento muito baixo da atividade agrícola em questão. A produção não era capaz de satisfazer, sequer, a demanda interna do produto, logo, com a volta das exportações, não havia produto para o mercado interno, o que fez com que o governo proibisse a exportação da laranja constituindo assim, de fato, o fim do ciclo citricultor e prejudicando, ainda mais, os agricultores que haviam preservado seus laranjais no decorrer da crise cítrica.

Neste cenário de calamidade, a Baixada fluminense assistia, mais uma vez, o seu desenvolvimento ameaçado. Com a ruína cultura cítrica, a Baixada se via, novamente, oferecida ao descaso do Estado. Como a região se recuperaria da perda de sua única fonte de renda – a citricultura?

1.5 – OS ANOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XX E A MUDANÇA NA BAIXADA FLUMINENSE: DE REGIÃO RURAL A PERIFERIA URBANA

A Baixada fluminense se mostrou como destino para a expansão populacional do Estado do Rio de Janeiro nos períodos que marcaram os processos de industrialização do Brasil. Finfados os tempos dos grandes laranjais, a região da Baixada passou a absorver grandes massas populacionais, tomando cada vez mais a posição de subúrbio da grande metrópole, o Rio de Janeiro.

Endividados com o fim do ciclo citricultor da Baixada, os donos de terras viram como solução às dívidas fracionar suas terras, as tornando em pequenos lotes residenciais para venda, seja direta ou para construção, descreve Figuerêdo (2004).

A região sudeste do Brasil foi onde se concentrou o desenvolvimento das indústrias no período industrial do país e os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram os que mais receberam investimentos no setor. Outrora visto como um país de atividade predominantemente agrícola, a partir da segunda metade do século XX, o Brasil apontava como um país urbano-industrial, tendo o Estado como o grande agente estratégico na economia, principalmente em setores com atividades ligadas a infraestrutura.

Conforme Figueredo (2004) explica, ao findar a segunda grande guerra, a ocupação nas áreas próximas ao município do Rio de Janeiro foi bastante intensificada e os terrenos da Baixada se tornaram alvo de especulação imobiliária. Ainda, com o final da década de 1940, a Baixada Fluminense veria se desmembrar o território de Nova Iguaçu, dando origem a três novos municípios no Rio: Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias, estes que já apresentavam maior influência do Estado e já tinham a maior presença de loteamentos.

A Baixada Fluminense viu seu contingente populacional aumentar e seu espaço se urbanizar a partir da segunda metade do século XX, quando um grande fluxo de migrantes veio para o Rio de Janeiro (principalmente nordestinos) em busca de melhores condições de vida e trabalho, o que era um movimento proveniente da industrialização. A falta de planejamento do Estado, somada a exclusão de pessoas de baixa renda por parte do mercado imobiliário, que impunha um alto custo de moradia no município do Rio de Janeiro, fez com que essa grande massa de pessoas chegando ao Rio de Janeiro ocupasse a periferia do Estado, o que inclui os municípios da Baixada Fluminense.

Soares (1964) indica que no ano de 1922 a cidade de Nova Iguaçu possuía uma população de 6.000 habitantes e viu esse número se elevar para 22.382 em 1940 e 58.533 em 1950, um aumento exponencial. As áreas de perímetro urbano cresciam transformando o cenário de uma pequena cidade composta por falidos laranjais em um formigueiro humano. A pequena aglomeração que antes só era vista nos entornos da ferrovia, começou a se expandir e transformar em um subúrbio onde, diariamente, circulavam milhares de pessoas utilizando os trens, ônibus e lotações em direção aos seus postos de trabalho em diversos locais do Rio de Janeiro. Essa nova dinâmica aquecia as ruas animando o comércio local onde era, cada vez mais frequente, o aparecimento de cafés, lojas e vendas.

Como já observado, essa grande massa populacional que começa a ocupar a baixada, em sua maioria, é formada por pessoas pobres que encontraram na Baixada preços de aluguéis mais acessíveis e uma enorme facilidade de pagamento em lotes residenciais que eram carentes de infraestrutura básica, cenário que se repete, ainda hoje, por toda a Baixada Fluminense.

Existia também grande interesse das autoridades em atrair moradores para as regiões periféricas do Rio de Janeiro, o que inclui a Baixada Fluminense. Soares (1964)

elucida que Nova Iguaçu, por exemplo, passou a exercer uma função de “subúrbio-dormitório”, o que inclusive fez com que a cidade sobrevivesse a queda da citricultura. Essa função dormitório justifica o crescimento populacional e de área construída nas cidades da Baixada Fluminense.

Os anos de intensa dedicação do governo brasileiro à industrialização, no século passado, geraram mudanças no panorama econômico do país, principalmente no Sudeste. No Rio de Janeiro, a fim de descentralizar a atividade industrial, buscou-se criar distritos industriais. A Baixada Fluminense foi uma das regiões onde as indústrias tinham interesse de se estabelecer, os terrenos baratos e a proximidade com importantes vias como a Rodovia Presidente Dutra, Avenida Brasil e Washington Luiz foram fatores importantes para a criação desses distritos.

Figuerêdo (2004) descreve os principais gêneros industriais que se estabeleceram na Baixada Fluminense, são eles os gêneros de minerais não metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, madeira, mobiliário, papel e papelão, químico, farmacêuticos, material de transportes, plástico, os de vestuário, calçados e têxtil, além de indústrias gráficas entre outros gêneros. Estes gêneros industriais representam para a Baixada Fluminense um aumento na quantidade de estabelecimentos, principalmente nos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti, com menos intensidade nos municípios de Magé e Nilópolis.

A Baixada Fluminense então, neste momento, exercia um papel de subúrbio industrial, principalmente Nova Iguaçu que ultrapassava os demais subúrbios periféricos no Rio de Janeiro. Essa função de subúrbio industrial mostra, mais uma vez, a função que a Baixada Fluminense exerce para a metrópole, ou seja, as indústrias situadas nas cidades da Baixada conferem ao Estado realce no âmbito nacional e regional. Ainda, não necessariamente, estas indústrias se instalando nas cidades da Baixada fizeram com que o Estado voltasse sua atenção para o investimento nessas regiões, fazendo com que as cidades da Baixada continuassem sendo ocupadas sem infraestrutura básica como esgotamento sanitário e acesso a serviços públicos, situação essa que se perpetua atualmente.

Apesar desse processo de industrialização ter gerado mudanças positivas para a economia, o Estado do Rio de Janeiro iria perder o posto de segunda economia do país por indefinições quanto a um modelo de desenvolvimento para o Estado e a Baixada, por

consequência dessa perda do Estado, seria afetada. Mesmo registrando atividades industriais diversificadas, a população da Baixada ainda recorria ao Rio de Janeiro na busca de serviços públicos, de emprego e de lazer.

Conforme analisado, a Baixada Fluminense, a partir da segunda metade do século XX, começa a exercer seu papel de periferia urbana do Rio de Janeiro. Contrário ao que ocorria nas fases passadas quando sua terra era utilizada com a finalidade de cultivo agrícola para a exportação ou apenas como passagem de mercadorias e escoamento de produção. Ainda assim, nenhuma dessas fases, incluindo a industrialização, proporcionaram a Baixada Fluminense uma mudança de paradigma para o desenvolvimento de sua área e população. Embora sua localização seja estratégica e a região possua um contingente populacional que absorva sua produção, a Baixada Fluminense continua esbarrando na falta crônica de planejamento político econômico, no desinteresse do Estado no desenvolvimento de seus municípios e assim, segue sem aproveitar o grande potencial econômico, produtivo e humano que possui.

1.6 – BAIXADA FLUMINENSE: DAS MAZELAS ÀS SUAS POTENCIALIDADES

A Baixada Fluminense é uma região periférica que começou a se expandir demograficamente e abrigar uma enorme concentração de mão-de-obra após a Segunda Grande Guerra. Isso foi ocasionado pela expansão industrial no Brasil devido à grande massa de pessoas que vinham para o Rio de Janeiro em busca de oportunidades de trabalho nas indústrias que começavam a se instalar na atual capital do Estado e, por conseguinte, melhores condições de vida.

Desde os períodos coloniais, a região participa da história econômica e social do estado do Rio de Janeiro. Figuerêdo (2004) expõe que, começando com as fazendas e engenhos escravistas do período da cana-de-açúcar e do café, a Baixada Fluminense faz parte de importantes movimentos históricos que culminaram no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e, mais tarde, no próprio desenvolvimento dos municípios que fazem parte da região. A região que hoje compreende a Baixada Fluminense já foi utilizada de diversas formas durante os períodos históricos que o Brasil e o Rio de Janeiro viveram.

No cenário estadual, a Baixada sempre foi um importante ponto de escoação da produção da cana de açúcar, cafeeira, do ouro no período das grandes Minas Gerais, dos grandes laranjais no período de exportação cítrica. Durante o período de industrialização, a população dos municípios da Baixada começa a crescer de forma acelerada. De acordo com Figuerêdo (2004), a Baixada Fluminense absorveu grande parte do número de migrantes do Nordeste e Sudeste que se encaminhavam para o Rio de Janeiro em busca de emprego e melhores condições de vida.

De acordo com Monteiro (2016), desde o início do loteamento do território da Baixada Fluminense, no fim do grande período de exportação cítrica, nunca houve uma preocupação com o futuro habitante daquela região, por parte dos proprietários das terras ociosas e do governo do Estado. Este descaso reflete nos problemas atuais de infraestrutura que alguns municípios da Baixada enfrentam. Alguns destes municípios, inclusive, apresentam os piores resultados em alguns indicadores no cenário Estadual e Federal.

Figuerêdo (2004) argumenta que a demanda por terra no Rio de Janeiro no período de industrialização do Brasil era superior à oferta o que motivou o Governo do Estado a ocupar os municípios da Baixada por esses migrantes do Nordeste e Sudeste, tendo em vista que estes migrantes não exigiam da administração pública boas condições de infraestrutura e acesso aos serviços mais básicos como saúde, segurança e educação. Estes migrantes eram pessoas pobres que percebiam a posse da terra no território da Baixada como um novo começo possível, afinal os altos custos de aluguéis mais próximos dos postos de trabalho na cidade carioca impediam o acesso à moradia naquele território.

Com a industrialização vivida pelo País, a região sudeste foi a que mais concentrou as novas atividades e fábricas, principalmente os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado Fluminense neste momento de industrialização priorizou o desenvolvimento da atual capital, negligenciando as periferias – logo, as cidades da Baixada -, onde inexistia infraestrutura mínima para a população. Dada a ausência de planejamento urbano, os migrantes começaram a ocupar o espaço oriundo de fazendas falidas repartidas em loteamentos que não eram alvo da especulação imobiliária. Como

descreve Moraes (2008), o momento de ascensão industrial do Estado do Rio de Janeiro coincide com a transformação da Baixada Fluminense em “região dormitório”.

O Rio de Janeiro, segunda cidade brasileira em investimentos industriais e primeira em especulação imobiliária, destacou-se no período de 1940-60 como uma das cidades que mais abrigava migrantes; aqui o capital gera emprego no setor secundário e terciário, mas no momento em que esta massa trabalhadora precisa de morar, de utilizar dos novos meios técnicos e culturais para a sua reprodução, precisa consumir, defronta-se com salários erodidos frente à elevação dos preços dos produtos industriais e agrícolas importantes para a sua reprodução, defronta-se com um rebaixamento absoluto do seu salário real e com a especulação imobiliária que comanda o processo de valorização do espaço e juntamente com o capital industrial tornam rígidos os orçamentos públicos, absorvendo dotações necessárias à resolução dos problemas dessa massa populacional (BERNARDES, 1983, p. 147).

Sendo assim, a partir dessa configuração, o processo de ocupação e desenvolvimento das periferias no estado do Rio de Janeiro, o que inclui a Baixada Fluminense, aponta que o crônico histórico de abandono da região reverbera na falta de condições básicas para a população, como por exemplo, saneamento básico. Isto, por sua vez, faz com que alguns dos municípios que compõem a região apresentem os piores níveis de desenvolvimento de todo o estado do Rio de Janeiro. Rodrigues (2014, p. 84) salienta que

Quando se aprofunda na estrutura econômica, social e espacial do recorte que utilizamos nesta tese, a Baixada Fluminense, enxerga-se uma complexidade enorme nesta estrutura, caracterizada pela heterogeneidade entre os municípios que deste recorte fazem parte. Nesta mesma região, podem-se notar áreas aonde as inovações chegaram, como estrutura urbana, dinamismo econômico, comércio e serviços elaborados, áreas destinadas à especulação imobiliária de alto padrão. Mas também se podem notar permanências, talvez, herança de um passado nem tão distante assim, tais permanências podem ser percebidas na existência de bairros com infraestrutura precária, sem acesso a comércio ou serviço e para isso, os moradores têm que se deslocar para outra região, ruas sem pavimentação, esgotamento sanitário, altos índices de pobreza e violência e exclusão social.

Do ponto de vista estratégico, a região da Baixada Fluminense tem um enorme potencial por possuir, além da grande extensão territorial, fácil acesso aos seus centros comerciais e indústrias. O território da Baixada Fluminense é cortado pela BR 116 - Rodovia Presidente Dutra, rodovia pela qual praticamente todos que chegam do Sul do país e São Paulo passam pela região, o que torna a Baixada Fluminense um ponto de fácil acesso e escoamento de produção.

Aliado a isso, o Arco Metropolitano, inaugurado em 2014, faz uma importante ligação entre Itaguaí e Magé (Manilha). São 71km ligando o Complexo Portuário Industrial de Itaguaí ao Polo Gás Químico e a Reduc em Duque de Caxias, sendo uma peça fundamental para o desenvolvimento regional, pois se tratar de um atrativo para empresas quando se trata de exportação e importação. De acordo com Moraes (2017), existem dois grandes polos regionais na Baixada: um enorme polo comercial em Nova Iguaçu, sendo alvo de consideráveis investimentos imobiliários, e outro polo comercial em Duque de Caxias, que também é sede da REDUC.

A partir desta bibliografia acerca da Baixada Fluminense, é possível compreender que a região apresenta variações de participação econômica e social no cenário estadual desde sua formação histórica. Sendo assim, a partir dos autores que estudam a Baixada Fluminense, é possível compreender que, desde os princípios coloniais, a Baixada Fluminense tem sua região explorada em função da capital fluminense e em todos os momentos em que a Baixada aparece com atividades econômicas e sociais, a região não experimenta, de fato, o desenvolvimento.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E BASE DE DADOS

Para essa pesquisa documental foi adotado o método estatístico descritivo. Será utilizada a análise descritiva para organizar, descrever e resumir o conjunto de dados que serão apresentados nos indicadores. De acordo com Reis (2002) a análise descritiva é a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, se utilizam os métodos de estatística descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto.

As ferramentas descritivas utilizadas serão tabelas e gráficos com dados numéricos e que utilizam também medidas de síntese como porcentagens, médias e índices. Com a descrição dos dados, é possível observar em um primeiro momento algumas potencialidades e deficiências dos municípios da Baixada Fluminense, fazendo uma relação comparativa com o município Rio de Janeiro (capital) e ainda com os dados apresentados para o Estado, com a intenção de demonstrar com os números apresentados a importância da região para o Estado do Rio de Janeiro.

Quanto aos objetivos, a pesquisa neste trabalho classifica-se como descritiva transversal. Descritiva por apresentar os dados de diversos indicadores estabelecendo uma relação entre os municípios da Baixada Fluminense, a capital, Rio de Janeiro e o Estado e transversal por acontecer em um determinado período, a última década, 2010-2019. Ainda, a pesquisa é quantitativa na perspectiva da abordagem do problema.

Para obtenção dos dados expressos nos indicadores, foram consideradas na pesquisa as fontes oficiais que possuem abrangência Municipal, Estadual e Federal, como: IBGE, DATASUS, SICONFI, ISP, CGU, Ministério da Economia, Ministério da Cidadania e Ministério do Desenvolvimento Social. Os indicadores estão divididos em seis grupos, são eles: Grupo 1 – Demografia e Infraestrutura, Grupo 2 – Economia e Emprego, Grupo 3 – Finanças Públicas, Grupo 4 – Violência, Grupo 5 – Desenvolvimento Social e Grupo 6 – Educação.

No Grupo 1, que trata de demografia e infraestrutura, existem três indicadores, são eles: Estimativa de População residente, onde foi utilizada a base de dados DATA SUS-TABNET onde estão armazenadas tabelas referentes a população residente; A Taxa de Crescimento anual da População, indicador calculado por meio do somatório do número de nascidos vivos e do saldo migratório, descontado do número de óbitos,

dividido pelo número de habitantes do local do ano anterior e, ainda, o indicador que traz a Estimativa do número de domicílios, em relação a este indicador, não existem dados oficiais do número de domicílios para os municípios nos anos não censitários. Logo, usando as informações do censo e as projeções de população disponibilizadas pelos IBGE, foi possível estimar o número de domicílios para os municípios.

No Grupo 2, que trata de Economia e Emprego, são apresentados sete indicadores, são eles: Produto Interno Bruto a preços correntes, Produto Interno Bruto a preços correntes per capita, Participação Percentual no PIB do Estado do Rio de Janeiro, Número de empresas, Número de microempreendedores individuais formalizados, Número de empregos formal e Remuneração média do Emprego Formal. Os dados relacionados ao PIB e Empresas são fornecidos pelo IBGE através do aplicativo Sidra e do CEMPRE (Cadastro Central de Empresas – IBGE), enquanto os dados de emprego são fornecidos pelo Ministério da Economia através da base de dados RAIS/CAGED.

No Grupo 3 são apresentados os indicadores relacionados as Finanças Públicas dos municípios da Baixada Fluminense, da capital Rio de Janeiro e do Estado. Os indicadores presentes neste grupo são: Receita orçamentária total, Arrecadação tributária per capita, Participação percentual de transferências do Estado e União na receita orçamentária total dos municípios, Despesa orçamentária total liquidada e Relação entre despesa total liquidada e receita orçamentária. Estes dados são fornecidos estão disponíveis para consulta no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais) e são disponibilizados em séries históricas para cada Município e Unidade Federativa.

No grupo 4, que trata de violência, são apresentados seis indicadores, todos com dados fornecidos e disponíveis para consulta no portal do ISP (Instituto de Segurança Pública). Os indicadores são: Taxa de Homicídio doloso por 100 mil habitantes, Taxa de morte por intervenção de agentes do Estado, Taxa de Estupro por 100 mil habitantes, Taxa de Total de roubos por 100 mil habitantes, Taxa de apreensão de drogas por 100 mil habitantes e Taxa de apreensão de adolescente por prática de ato infracional por 100 mil habitantes. Vale destacar que os dados referentes a 2010 a 2013 fazem parte de uma base de dados descontinuada onde os municípios de Magé – Guapimirim, Itaboraí – Tanguá e Arraial do Cabo - Cabo Frio estavam agregados. A partir de 2014 a antiga base foi substituída e então houve a desagregação destes municípios.

O grupo 5 trata de Desenvolvimento Social e traz dados de quatro indicadores,

são eles: Número de famílias beneficiárias do Bolsa-Família, dado fornecido pelo Ministério da Cidadania, através do portal CECAD; o indicador Domicílios Abaixo da Linha de pobreza foi calculado cruzando informações de renda do Censo Demográfico do IBGE e informações de remuneração contidas na RAIS Vínculos. Com as informações de renda disponíveis no Censo de 2010, foram selecionadas as variáveis Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de [...] salário(s) mínimo(s) e Total do rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de [...] salário(s) mínimo(s), nas faixas “até ½” e “mais de ½ a 1”. Assim, foi possível estimar a renda média das faixas com potencial para entrar ou sair da linha de pobreza aqui considerada como ½ salário-mínimo.

A renda média estimada com dados do Censo Demográfico foi corrigida anualmente até 2019 com o auxílio dos dados da RAIS Vínculos, sendo aplicada a taxa de (de)crescimento da remuneração média medida em salário-mínimo médio do município. Essa correção possibilitou excluir/incluir os grupos de pessoas que saíram/entraram, respectivamente, da faixa de renda de ½ salário-mínimo ao longo dos anos. Esse novo quantitativo de pessoas foi utilizado para estimar o novo número de domicílios abaixo da linha da pobreza, com base nos domicílios contabilizados em 2010. O número de domicílios abaixo da linha da pobreza estimado para 2010, corrigido para a renda dos anos de 2011 a 2019, foram colocados como proporção (%) do número total de domicílios do ano de 2010. Por fim, esse percentual foi aplicado no número total de domicílios do respectivo município/região, indicador presente no grupo 1 deste trabalho.

Ainda, o grupo 5 possui mais dois indicadores, Índice de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano. No Índice de Gini, os dados foram fornecidos pelas Bases Estatísticas RAIS e CAGED em uma série histórica anual. O Índice de Gini foi calculado para cada município em análise com os dados das seguintes variáveis: (A) REMUN MÉDIA (SM) – FREQUÊNCIA e (B) REMUN MÉDIA (SM) - VL REMUN MÉDIA NOM, compreendendo os anos de 2010 a 2019. Os dados foram agrupados por ano, de 2000 a 2019. Então, foi feito o Índice de Gini no programa R-studio, por meio da função “gini” do pacote REAT. Já o indicador Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é fornecido pelo IFDM (Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal) em uma série histórica anual para cada Município e Unidade Federativa.

O último grupo de indicadores, o Grupo 6, traz os dados referentes à educação.

Os indicadores deste grupo são, respectivamente: Taxa de Matrícula por sexo no Ensino Fundamental, Taxa de Matrícula por sexo no Ensino Médio, Taxa de Matrícula por sexo no Ensino Técnico, Taxa de distorção idade/conclusão do Ensino Fundamental, Taxa de distorção idade/conclusão do Ensino Médio, Taxa de distorção idade/conclusão do Ensino Técnico e Taxa de Analfabetismo. Com exceção do Indicador que expressa os dados de analfabetismo nos municípios analisados, este fornecido pelo Censo Demográfico, IBGE, os outros indicadores deste grupo foram extraídos dos Microdados do Censo Escolar do INEP onde, nos indicadores que expressam as taxas de matrícula, divide-se o número total de pessoas matriculadas com a idade recomendada para cursar o Ensino Fundamental pela população estimada de mesma faixa etária. Já para os dados de distorção idade/conclusão, também extraídos dos Microdados do Censo Escolar do INEP, divide-se o número total de matrículas em idade acima da considerada adequada ao nível escolar em questão pelo total de matrícula nessa mesma etapa de ensino.

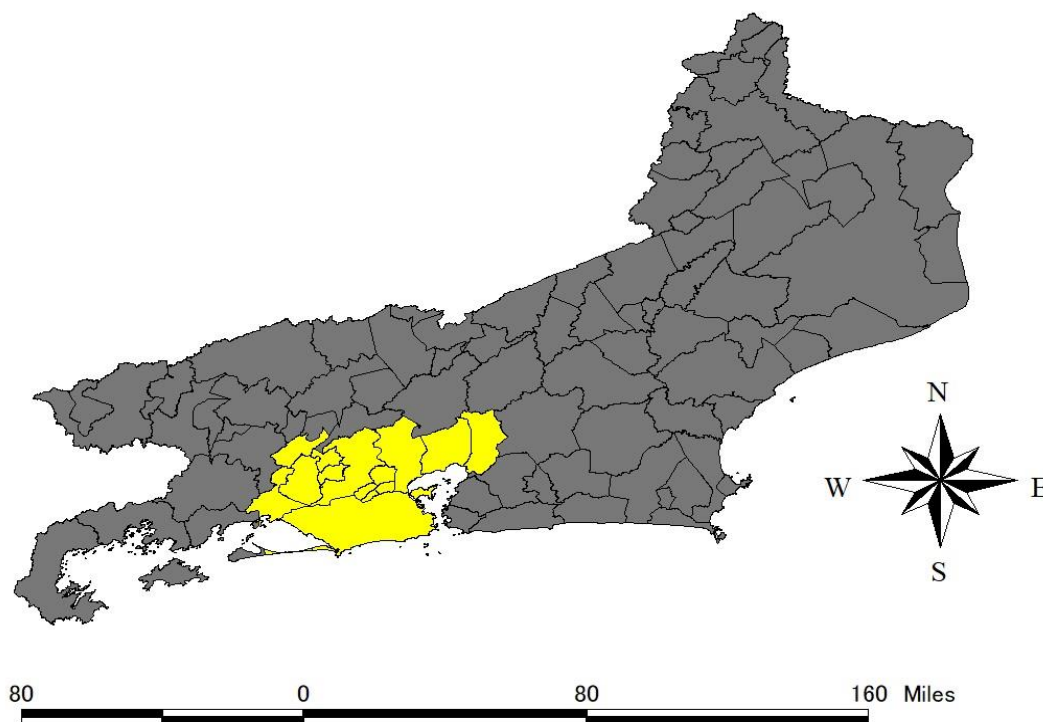
Por ser um trabalho estatístico descritivo, sua principal função em relação aos dados expostos foca na coleta e descrição dos indicadores. Durante o presente trabalho também se busca compreender a formação histórica da Baixada Fluminense, para que assim seja possível fazer uma compreensão de alguns indicadores de algumas áreas que, de certa forma, ainda sofrem os efeitos desses diversos momentos históricos e políticas econômicas passadas que formaram a região onde hoje se situam os treze municípios da Baixada Fluminense o que ela é e representa no Rio de Janeiro.

3. PRINCIPAIS INDICADORES PARA OS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE E RIO DE JANEIRO

Neste capítulo serão apresentados os indicadores referentes a demografia, infraestrutura, economia, mercado de trabalho, finanças públicas, saúde, violência, desenvolvimento social e educação, respectivamente.

Para iniciar as apresentações dos indicadores, é válido situar onde ficam localizados os municípios da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro. A Baixada Fluminense compõe a maior parte da Região Metropolitana do Estado, conforme mostra a Figura 2. Os municípios que compõem a Região Metropolitana, mas não pertencem à Baixada Fluminense são Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Petrópolis.

Figura 2: Localização geográfica da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração Própria

3.1 – GRUPO 1: DEMOGRAFIA E INFRAESTRUTURA

A Baixada Fluminense é uma região que, historicamente, sofre com o descaso do Estado em relação a infraestrutura, na região, alguns municípios apresentam, por exemplo, os piores índices de saneamento básico do Rio de Janeiro. Demograficamente a região é bastante populosa e não para de crescer seu contingente populacional, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Estimativa de população residente

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	478.527	485.271	503.978	510.906
Duque de Caxias	871.799	887.349	903.804	919.596
Guapimirim	52.492	55.201	57.795	60.517
Itaguaí	111.228	116.647	122.382	133.019
Japeri	97.363	99.774	102.326	104.768
Magé	231.775	235.976	240.801	245.071
Mesquita	171.675	173.117	174.642	176.103
Nilópolis	160.509	161.152	161.833	162.485
Nova Iguaçu	811.856	818.674	814.319	821.128
Paracambi	48.047	49.363	50.921	52.257
Queimados	140.665	143.808	147.135	150.319
Rio de Janeiro	6.444.270	6.533.694	6.628.326	6.718.903
São João de Meriti	467.659	469.205	470.840	472.406
Seropédica	79.718	82.286	85.003	82.312
ERJ	16.303.188	16.616.344	16.947.738	17.264.943

Fonte: DATASUS/TABNET

Ainda, utilizando um recorte mais qualitativo, a Tabela 2 mostra a Estimativa de população residente por nível de instrução. Um indicador importante que, a partir dos dados extraídos do Censo Demográfico do IBGE, evidencia uma realidade onde grande parte dos moradores da Baixada Fluminense não possuem o Ensino Fundamental completo, o que pode estar diretamente atrelado à desigualdade social experimentada nos municípios.

Tabela 2: Estimativa de População residente por nível de instrução

TERRITÓRIO		2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	Sem instrução e fundamental incompleto	205.10 2	217.65 6	230.97 8	242.71 3
	Fundamental completo e médio incompleto	86.844	92.160	97.800	102.76 9
	Médio completo e superior incompleto	93.134	98.835	104.88 4	110.21 3
	Superior completo	10.345	10.978	11.650	12.242
	Não determinado	3.094	3.283	3.484	3.661
Duque de Caxias	Sem instrução e fundamental incompleto	350.03 6	371.46 1	394.19 7	414.22 4
	Fundamental completo e médio incompleto	160.08 9	169.88 8	180.28 6	189.44 5
	Médio completo e superior incompleto	184.24 4	195.52 1	207.48 9	218.03 0
	Superior completo	30.784	32.668	34.668	36.429
	Não determinado	4.682	4.969	5.273	5.541
Guapimirim	Sem instrução e fundamental incompleto	23.260	24.684	26.195	27.525
	Fundamental completo e médio incompleto	8.582	9.107	9.665	10.156
	Médio completo e superior incompleto	9.933	10.541	11.186	11.754
	Superior completo	1.684	1.787	1.896	1.993
	Não determinado	108	115	122	128
Itaguaí	Sem instrução e fundamental incompleto	45.116	47.877	50.808	53.389
	Fundamental completo e médio incompleto	18.073	19.179	20.353	21.387
	Médio completo e superior incompleto	25.048	26.581	28.208	29.641
	Superior completo	3.792	4.024	4.270	4.487
	Não determinado	432	458	487	511
Japeri	Sem instrução e fundamental incompleto	46.803	49.668	52.708	55.386
	Fundamental completo e médio incompleto	15.380	16.321	17.320	18.200
	Médio completo e superior incompleto	16.159	17.148	18.198	19.122
	Superior completo	1.474	1.564	1.660	1.744
	Não determinado	420	446	473	497
Magé	Sem instrução e fundamental incompleto	98.954	105.01 1	111.43 8	117.10 0
	Fundamental completo e médio incompleto	38.071	40.401	42.874	45.052
	Médio completo e superior incompleto	47.542	50.452	53.540	56.260
	Superior completo	7.060	7.492	7.951	8.355
	Não determinado	1.201	1.275	1.353	1.421

Mesquita	Sem instrução e fundamental incompleto	59.309	62.939	66.792	70.185
	Fundamental completo e médio incompleto	30.959	32.854	34.865	36.636
	Médio completo e superior incompleto	45.694	48.491	51.459	54.073
	Superior completo	8.445	8.962	9.510	9.994
	Não determinado	559	593	630	662
Nilópolis	Sem instrução e fundamental incompleto	48.358	51.318	54.459	57.226
	Fundamental completo e médio incompleto	28.324	30.058	31.897	33.518
	Médio completo e superior incompleto	50.499	53.590	56.870	59.759
	Superior completo	9.834	10.436	11.075	11.637
	Não determinado	399	423	449	472
Nova Iguaçu	Sem instrução e fundamental incompleto	314.92 0	334.19 6	354.65 1	372.66 9
	Fundamental completo e médio incompleto	147.91 2	156.96 5	166.57 3	175.03 6
	Médio completo e superior incompleto	181.32 9	192.42 8	204.20 6	214.58 0
	Superior completo	33.343	35.384	37.550	39.457
	Não determinado	3.788	4.020	4.266	4.483
Paracambi	Sem instrução e fundamental incompleto	18.974	20.135	21.368	22.453
	Fundamental completo e médio incompleto	9.192	9.755	10.352	10.878
	Médio completo e superior incompleto	11.698	12.414	13.174	13.843
	Superior completo	2.113	2.242	2.380	2.500
	Não determinado	167	177	188	198
Queimados	Sem instrução e fundamental incompleto	61.576	65.345	69.345	72.868
	Fundamental completo e médio incompleto	23.167	24.585	26.090	27.415
	Médio completo e superior incompleto	27.959	29.670	31.486	33.086
	Superior completo	3.137	3.329	3.533	3.712
	Não determinado	842	894	948	996
São João de Meriti	Sem instrução e fundamental incompleto	177.96 5	188.85 8	200.41 7	210.60 0
	Fundamental completo e médio incompleto	85.229	90.446	95.982	100.85 8
	Médio completo e superior incompleto	112.87 2	119.78 1	127.11 2	133.57 0
	Superior completo	15.870	16.841	17.872	18.780
	Não determinado	2.873	3.049	3.235	3.400

Seropédica	Sem instrução e fundamental incompleto	32.876	34.888	37.024	38.905
	Fundamental completo e médio incompleto	13.153	13.958	14.812	15.565
	Médio completo e superior incompleto	17.136	18.185	19.298	20.278
	Superior completo	3.466	3.678	3.903	4.102
	Não determinado	185	196	208	219
Rio de Janeiro	Sem instrução e fundamental incompleto	1.896.09 8	2.012.15 4	2.135.31 4	2.243.7 97
	Fundamental completo e médio incompleto	1.019.82 6	1.082.24 8	1.148.49 0	1.206.8 38
	Médio completo e superior incompleto	1.696.60 4	1.800.45 0	1.910.65 2	2.007.7 20
	Superior completo	917.337	973.485	1.033.07 0	1.085.5 55
	Não determinado	30.059	31.899	33.851	35.571
ERJ	Sem instrução e fundamental incompleto	5.775.12 0	6.128.60 4	6.503.72 3	6.834.138
	Fundamental completo e médio incompleto	2.636.31 6	2.797.68 0	2.968.92 0	3.119.753
	Médio completo e superior incompleto	3.908.69 3	4.147.93 6	4.401.82 3	4.625.453
	Superior completo	1.516.46 0	1.609.27 9	1.707.78 0	1.794.542
	Não determinado	71.583	75.964	80.614	84.710

Fonte: DATASUS/TABNET

Agora, observando a Baixada Fluminense como região e agregando os dados de todos os municípios que a compõem, é possível perceber que na contagem populacional observando a variável qualitativa “nível de instrução”, a Baixada se destaca por sua população possuir níveis mais baixos de escolaridade

Tabela 3: Estimativa de População por nível de Instrução (dados agregados)

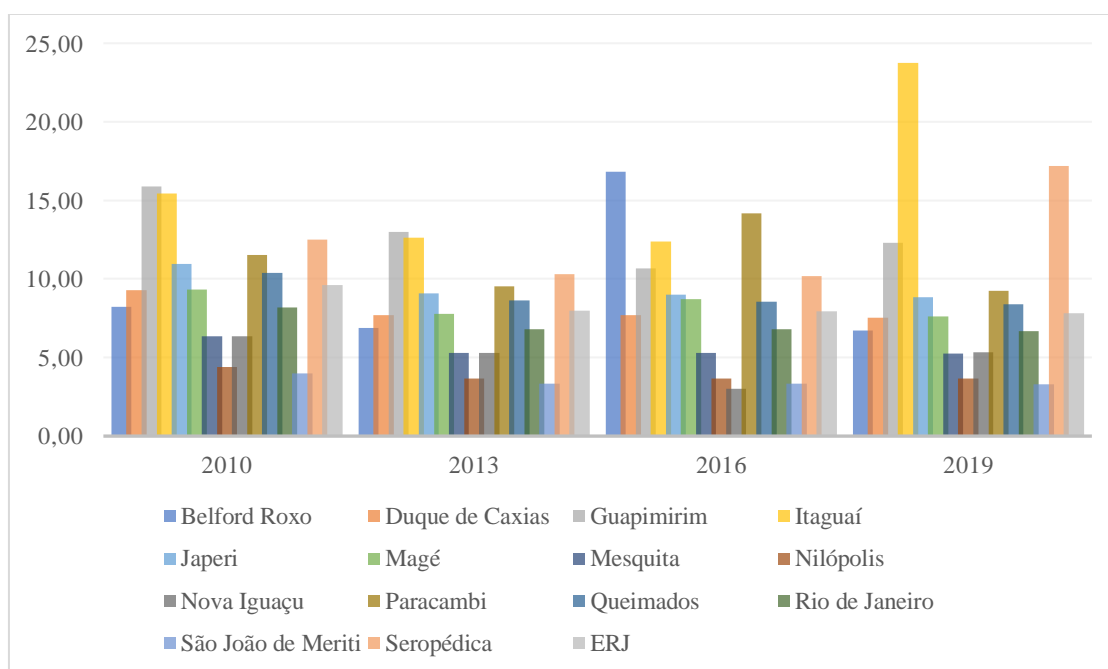
Rio de Janeiro	Sem instrução e fundamental incompleto	1.896.0 98	2.012.1 54	2.135.3 14	2.243.7 97
	Fundamental completo e médio incompleto	1.019.8 26	1.082.2 48	1.148.4 90	1.206.8 38
	Médio completo e superior incompleto	1.696.6 04	1.800.4 50	1.910.6 52	2.007.7 20
	Superior completo	917.337	973.485	1.033.0 70	1.085.5 55
	Não determinado	30.059	31.899	33.851	35.571
ERJ	Sem instrução e fundamental incompleto	5.775.1 20	6.128.6 04	6.503.7 23	6.834.1 38
	Fundamental completo e médio incompleto	2.636.3 16	2.797.6 80	2.968.9 20	3.119.7 53
	Médio completo e superior incompleto	3.908.6 93	4.147.9 36	4.401.8 23	4.625.4 53

BAIXADA FLUMINENSE	Superior completo	1.516.460	1.609.279	1.707.780	1.794.542
	Não determinado	71.583	75.964	80.614	84.710
	Sem instrução e fundamental incompleto	1.468.063	1.557.920	1.653.277	1.737.270
	Fundamental completo e médio incompleto	674.757	716.058	759.886	798.491
	Médio completo e superior incompleto	820.741	870.977	924.288	971.245
	Superior completo	140.932	149.558	158.712	166.776
	Não determinado	20.696	21.963	23.307	24.491

Fonte: DATASUS/TABNET

Os municípios da Baixada Fluminense que, durante a última década, demonstraram a maior taxa de crescimento populacional foram, respectivamente, Itaguaí, Seropédica e Guapimirim, conforme mostra o Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1: Taxa de crescimento anual da população



Fonte: DATASUS/TABNET

Outro indicador a ser observado e que possui extrema importância para a elaboração de políticas públicas sociais é o número de domicílios nos municípios da Baixada Fluminense. Estimado o número de domicílios, tem-se suporte para a promoção de serviços públicos de saúde, segurança e urbanização, entre outros que demandam um

planejamento governamental adequado e direcionado para a população residente dos municípios da Baixada Fluminense.

A Tabela 4 mostra uma estimativa da evolução do número de domicílios nos municípios da Baixada Fluminense durante a década de 2010 a 2019:

Tabela 4 : Estimativa do número de domicílios

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	145.677	147.720	153.291	155.389
Duque de Caxias	269.353	274.129	279.181	284.031
Guapimirim	15.741	16.540	17.304	18.107
Itaguaí	33.910	35.536	37.255	40.361
Japeri	28.409	29.107	29.845	30.552
Magé	70.394	71.662	73.118	74.406
Mesquita	53.103	53.548	54.018	54.469
Nilópolis	50.514	50.716	50.930	51.135
Nova Iguaçu	248.186	250.264	248.897	250.972
Paracambi	15.249	15.663	16.152	16.572
Queimados	42.209	43.145	44.136	45.084
Rio de Janeiro	2.144.445	2.174.065	2.205.403	2.235.403
São João de Meriti	147.450	147.937	148.452	148.945
Seropédica	24.256	25.029	25.846	24.951
ERJ	5.243.266	5.764.000	6.291.000	6.499.000

Fonte: Sidra/IBGE – Censo Demográfico do IBGE

3.2 – GRUPO 2: ECONOMIA E EMPREGO

A Baixada Fluminense, conforme já discutido, é uma região do Rio de Janeiro com enorme potencial econômico a ser explorado, mas que esbarra, historicamente, em governos pouco comprometidos com o desenvolvimento da região. Por ser uma região de massa suburbana, grande parte da Baixada se destaca pela atividade comercial nos centros de seus municípios, mesmo com alguns possuindo atividade industrial, como Duque de Caxias, Queimados, Nova Iguaçu e Itaguaí com seu porto.

Quando observado o Produto Interno Bruto dos municípios que compõem a Baixada Fluminense, pode-se evidenciar, pelos números, a diferenciação dos municípios que possuem atividade industrial e os que não possuem, como na tabela abaixo:

É possível observar a diferença nos valores apresentados para Duque de Caxias e Nova Iguaçu em um primeiro momento, por serem mais populosos e pelas atividades

industriais. Já no ano de 2019, outros municípios figuram certo crescimento do PIB, como Belford Roxo e São João de Meriti, o que não necessariamente está atrelado a desenvolvimento de fato, uma vez que, Belford Roxo, por exemplo, possui péssimos índices de Desenvolvimento Humano.

Tabela 5: Produto Interno Bruto a preços correntes

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	4.427.124	6.288.604	7.941.397	8.065.142
Duque de Caxias	23.107.679	24.855.259	41.539.673	45.332.366
Guapimirim	620.368	722.738	888.163	1.061.378
Itaguaí	4.649.831	6.989.537	7.861.566	7.948.883
Japeri	692.967	988.694	1.293.084	1.436.574
Magé	2.372.395	3.031.457	3.684.860	4.253.438
Mesquita	1.452.834	1.881.676	2.287.035	2.318.657
Nilópolis	1.709.866	2.518.016	2.541.272	2.904.426
Nova Iguaçu	10.142.818	13.214.908	16.068.662	17.424.682
Paracambi.	450.653	597.543	959.699	982.350
Queimados	2.032.471	3.669.775	4.668.405	3.875.540
Rio de Janeiro	208.153.595	284.299.248	328.440.481	354.981.484
São João de Meriti	5.015.432	6.545.532	9.405.814	9.795.913
Seropédica	840.825	1.775.229	2.214.093	4.158.503
ERJ	449.858.101	628.226.069	640.401.206	779.927.917

Fonte: Sidra/IBGE

Tabela 6: Produto Interno Bruto a preços correntes (dados agregados)

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Rio de Janeiro	208.153.595	284.299.248	328.440.481	354.981.484
ERJ	449.858.101	628.226.069	640.401.206	779.927.917
Baixada Fluminense	57.515.263	73.078.968	101.353.723	109.557.852

Fonte: Sidra/IBGE

O PIB é uma estatística econômica que demonstra a produção na região. É uma importante ferramenta para indicar a atividade econômica e, diante de uma análise temporal, refletir sobre o real comportamento econômico dos municípios. É perceptível que o município do Rio de Janeiro mantém a concentração da maior parte do PIB do Estado. Mesmo observando a soma dos treze municípios da Baixada Fluminense, os valores apresentados apenas pela capital seguem sendo muito maiores.

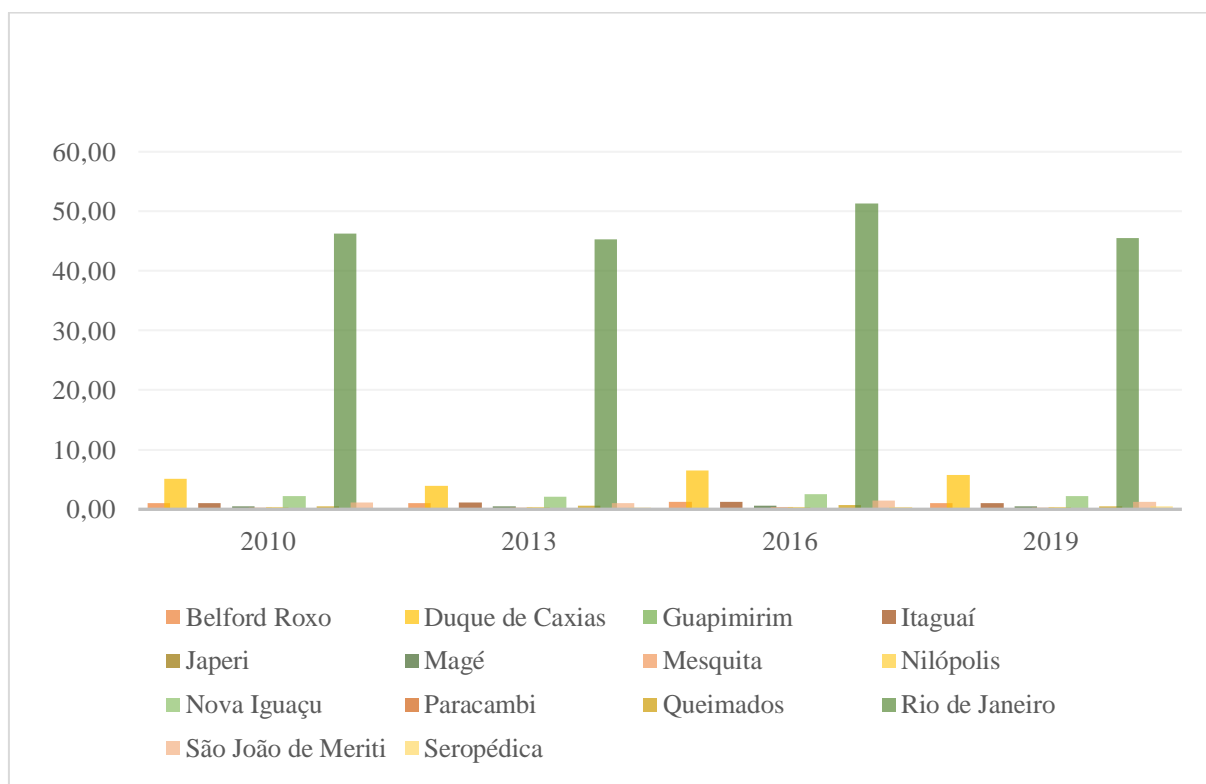
Outra variável econômica importante é o PIB Per Capita, descrito na tabela 7, que demonstra a geração de renda de uma região pela razão de seus habitantes, esse indicador traz reflexões acerca da participação dos habitantes do município na geração de renda. O município de Seropédica apresenta o terceiro maior PIB per capita no ano de 2019. O que pode explicar este movimento é, além da UFRRJ sediada no município, o surgimento de novas indústrias como a P&G e a escolha do município para abrigar o maior aterro sanitário do Estado do Rio de Janeiro. Ainda, quando observamos os valores do PIB per capita para a região da Baixada Fluminense, somando os treze municípios, temos em 2010 o valor de R\$14.387,42 e em 2020 o valor de R\$26.272,75, ainda muito distantes dos valores apresentados neste indicador para o Estado do Rio de Janeiro e a capital.

Tabela 7: Produto Interno Bruto a preços correntes per capita

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	9.432,82	13.167,56	16.071,12	15.785,96
Duque de Caxias	27.025,01	28.441,08	46.836,03	49.295,96
Guapimirim	12.049,96	13.211,31	15.553,16	17.538,51
Itaguaí	42.623,42	60.493,47	65.049,57	59.757,50
Japeri	7.256,81	10.048,42	12.858,57	13.711,95
Magé	10.436,28	13.043,07	15.592,74	17.355,94
Mesquita	8.628,51	11.056,65	13.372,91	13.166,48
Nilópolis	10.861,46	15.907,81	16.051,59	17.875,04
Nova Iguaçu	12.738,12	16.419,81	20.150,43	21.220,42
Paracambi	9.563,13	12.268,62	19.166,76	18.798,44
Queimados	14.732,11	25.888,52	32.301,71	25.782,10
Rio de Janeiro	32.933,37	44.215,03	50.538,35	52.833,25
São João de Meriti	10.934,66	14.204,74	20.423,40	20.736,22
Seropédica	10.754,16	21.846,28	26.463,16	50.521,22
ERJ	28.133,84	38.378,59	38.494,91	45.174,08

Fonte: Sidra/IBGE

Em um comparativo, no gráfico abaixo, é possível observar que o único município que se destaca na participação do PIB estadual é Duque de Caxias e, mesmo assim, atingindo, em 2019, apenas 5,81%. É possível observar também a centralização dos investimentos na metrópole, responsável por mais de 40% do PIB do Rio de Janeiro, durante toda a última década.

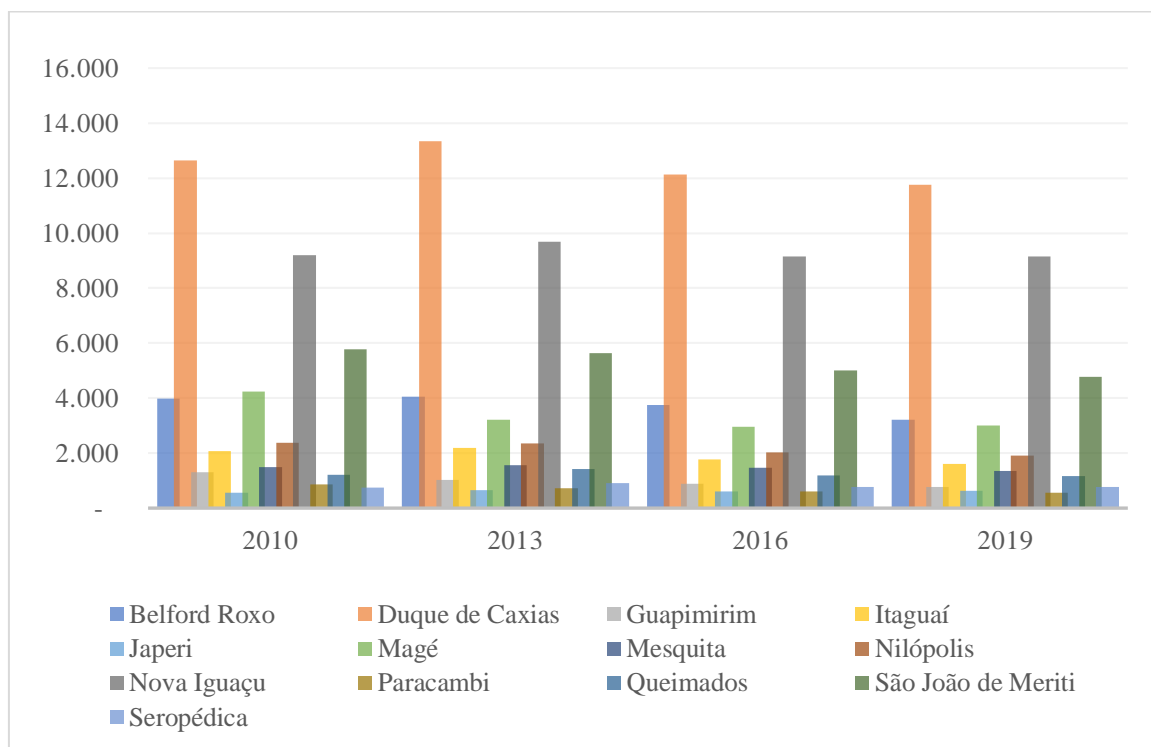
Gráfico 2: Participação percentual no PIB do Rio de Janeiro

Fonte: Sidra/IBGE

É perceptível que não há mudança de paradigma na Baixada Fluminense, desde os séculos passados, quando era considerada “região dormitório”, ainda hoje os municípios não conseguem assumir um papel de protagonismo no cenário estadual.

Segundo o CEMPRE-IBGE (Cadastro Central de Empresas), a Baixada Fluminense possuía 40.713 empresas em 2019, sendo a grande maioria das empresas do setor de comércio para todos os municípios. Isso evidencia o ritmo de produção e consumo interno municipal. Os municípios com o maior número de empresas registradas no CEMPRE na última década foram, respectivamente, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Magé.

O Gráfico 3 demonstra a variação durante os anos de 2010, 2013, 2016 e 2019. É possível observar que a partir de 2014, com o agravamento da crise internacional e o desequilíbrio fiscal no país e principalmente no Estado do Rio de Janeiro, os municípios da Baixada Fluminense sofreram uma redução no número de empresas, o que significa a redução de postos de trabalho formal.

Gráfico 3 - Número de empresas na Baixada Fluminense

Fonte: Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE)

Com este movimento de fechamento de empresas no Rio de Janeiro, incluindo a Baixada, um outro movimento chama a atenção, o aumento exponencial de Microempreendedores formalizados (MEIs). A Tabela 6 retrata esse crescimento.

Como mostram os números, o aumento de MEIs de 2010 a 2019 é exponencial e pode dizer muito sobre o trabalho na Baixada Fluminense e no Rio de Janeiro de forma geral. Um termo bastante discutido ultimamente é a uberização do trabalho e estes números podem evidenciar esse fenômeno recente na economia brasileira, essa que sofre com a alta sistêmica do desemprego e o aumento do trabalho informal.

Tabela 8: Número de Microempreendedores Individuais Formalizados

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	2.780	11.732	21.078	25.886
Duque de Caxias	5.793	23.389	42.556	54.972
Guapimirim	273	1.361	2.630	3.403
Itaguaí	683	2.749	5.440	7.487
Japeri	354	1.825	3.518	4.456
Magé	2.206	6.176	10.564	14.238
Mesquita	1.115	4.852	8.700	10.880
Nilópolis	1.139	4.541	8.072	9.800
Nova Iguaçu	4.645	20.104	38.491	50.344
Paracambi	274	951	1.651	2.227
Queimados	810	3.284	6.474	8.428
Rio de Janeiro	40.248	325.510	620.831	834.440
São João de Meriti	3.494	12.475	22.401	28.179
Seropédica	347	1.437	2.867	4.220
ERJ	105.299	438.478	816.607	1.093.887

Fonte: Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE)

Um exemplo bastante perceptível é o aumento do número de trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte particular (Uber, 99, etc.), onde não é obrigatório ser MEI para trabalhar na plataforma. Todavia, é importante observar que, com o CNPJ de Microempreendedor Individual, alguns direitos são garantidos como o acesso ao INSS, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadoria por invalidez, pensão por morte para dependentes, soma da contribuição para aposentadoria por idade e apoio técnico especializado do Sebrae.

Já a Tabela 9 mostra a evolução do número de empregos formais durante a última década (2010-2019). É perceptível que a maioria dos municípios encerraram 2019 com um saldo positivo de empregos formais, porém, alguns municípios sofreram uma queda brusca neste indicador, Duque de Caxias e Rio de Janeiro foram os municípios que mais mostraram queda no número de empregos formais, somando, juntos, a perda de 126.939 empregos. Ainda, quando comparada a capital, o Estado e a região da Baixada Fluminense, o número de empregos formais mostra a dificuldade de absorção da população da Baixada Fluminense no mercado de trabalho em seus próprios municípios. A tabela 10 mostra dados comparando os números do Estado, da capital e dos treze municípios da Baixada de forma agregada.

Tabela 9: Número de empregos formais

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	30.772	34.982	32.903	32.210
Duque de Caxias	173.958	172.988	156.818	147.518
Guapimirim	5.620	5.924	5.119	6.511
Itaguaí	31.445	35.609	28.603	27.278
Japeri	5.434	6.643	5.533	8.203
Magé	16.771	20.777	24.589	19.758
Mesquita	13.855	16.668	16.446	14.654
Nilópolis	18.348	19.817	18.097	17.558
Nova Iguaçu	93.779	103.366	100.544	96.359
Paracambi	4.314	5.057	5.311	5.596
Queimados	14.144	22.271	15.251	16.095
Rio de Janeiro	2.348.611	2.614.937	2.381.304	2.248.112
São João de Meriti	55.690	58.460	56.937	56.878
Seropédica	10.754	14.162	13.098	13.903
ERJ	4.080.082	4.586.790	4.159.481	4.038.449

Fonte: Ministério da Economia (RAIS/CAGED)

Tabela 10: Número de empregos formais (dados agregados)

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Rio de Janeiro	2.348.611	2.614.937	2.381.304	2.248.112
ERJ	4.080.082	4.586.790	4.159.481	4.038.449
Baixada Fluminense	474.884	516.724	479.249	462.521

Fonte: Ministério da Economia (RAIS/CAGED)

Outro indicador cuja análise é imprescindível para verificar a desigualdade de renda entre os municípios Baixada Fluminense e outros municípios do Estado do Rio de Janeiro é a Remuneração Média do Emprego Formal. A Tabela 11 mostra a evolução da remuneração média do emprego formal para os municípios da Baixada, a capital e o Estado.

É possível observar a remuneração média do emprego formal dos municípios da Baixada Fluminense em contraste com o município do Rio de Janeiro e o Estado é menor. Com exceção de Seropédica, que possui uma remuneração mais alta por conta da UFRRJ,

todos os outros municípios apresentam remunerações médias menores que a média do Estado e da capital, o que reafirma a desigualdade existente nos municípios da Baixada.

Ainda, a tabela 12 mostra a remuneração média do emprego formal para a Baixada Fluminense como região, agregando seus treze municípios. Novamente, com números menores que os apresentados para o município do Rio de Janeiro e o Estado.

Tabela 11: Remuneração média do emprego formal

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	1.151,41	1.547,50	1.893,72	1.987,62
Duque de Caxias	1.598,15	1.976,60	2.511,09	2.697,50
Guapimirim	945,30	1.917,11	1.770,66	2.057,90
Itaguaí	1.730,31	2.328,07	3.102,89	2.951,00
Japeri	1.075,68	1.640,92	1.938,00	2.037,54
Magé	1.027,13	1.384,40	1.699,02	1.688,03
Mesquita	1.022,61	1.512,55	1.954,17	2.001,45
Nilópolis	939,79	1.258,66	1.562,07	1.767,40
Nova Iguaçu	1.124,97	1.512,72	1.884,80	2.005,44
Paracambi	915,18	1.247,42	1.486,89	1.780,17
Queimados	1.323,75	1.626,39	2.108,39	2.229,30
Rio de Janeiro	2.247,56	2.959,22	3.630,26	3.858,53
São João de Meriti	1.033,00	1.380,97	1.734,95	1.788,71
Seropédica	2.600,35	3.238,44	3.927,12	4.402,59
ERJ	1.935,36	2.558,55	3.107,92	3.280,79

Fonte: Ministério da Economia (RAIS/CAGED)

Tabela 12: Remuneração média do emprego formal (dados agregados)

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Rio de Janeiro	2.247,56	2.959,22	3.630,26	3.858,53
ERJ	1.935,36	2.558,55	3.107,92	3.280,79
Baixada Fluminense	1.268,28	1.736,29	2.121,06	2.261,13

Fonte: Ministério da Economia (RAIS/CAGED)

3.3 – GRUPO 3: FINANÇAS PÚBLICAS

Em uma economia, as finanças públicas possuem um papel decisivo, pois é através da receita pública que as prefeituras e o Estado em si conseguem custear os gastos que

precisam ser feitos para a promoção do bem-estar social. Nesta seção observaremos como se dá o equilíbrio fiscal dos municípios da Baixada Fluminense.

Para começar a demonstração, abaixo estão apresentados os números relacionados a Receita Orçamentária Total dos municípios da Baixada Fluminense, da capital e do Estado do Rio de Janeiro. Este indicador representa o total ingressante durante o exercício analisado, e que aumentam o saldo financeiro dos municípios.

Duque de Caxias, Itaguaí, Magé, Nova Iguaçu e São João de Meriti se destacam entre os municípios da Baixada Fluminense com as maiores receitas orçamentárias, muito por serem municípios grandes, apresentando uma maior densidade populacional. Vale ressaltar que esses números não necessariamente significam equilíbrio fiscal, uma vez que se deve observar a relação entre Receitas e Despesas dos municípios, cálculo que será demonstrado no decorrer desta seção.

Tabela 13: Receita orçamentária total

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	439.426.135,08	573.325.553,33	615.984.905,67	788.451.178,01
Duque de Caxias	1.461.997.074,33	1.929.608.295,41	2.270.546.581,02	2.743.650.096,98
Guapimirim	94.539.081,28	149.299.813,18	–	201.636.002,23
Itaguaí	333.410.086,00	542.780.038,90	478.359.566,74	607.113.566,70
Japeri	110.263.306,11	168.660.718,21	203.216.288,96	238.246.680,25
Magé.	277.866.055,14	392.396.397,03	448.563.359,10	546.306.406,09
Mesquita	165.864.056,72	248.648.313,65	262.441.817,83	363.838.311,83
Nilópolis	174.940.732,53	238.183.497,81	302.660.964,05	380.573.683,72
Nova Iguaçu	740.390.620,12	1.093.368.070,12	1.213.572.849,27	1.847.198.123,46
Paracambi	88.914.595,23	108.348.831,56	120.264.996,07	131.843.440,43
Queimados	135.538.384,02	247.665.945,91	311.761.637,33	374.304.014,36
Rio de Janeiro	15.243.212.215,80	22.400.050.110,63	29.344.617.128,20	29.677.955.685,60
São João de Meriti	353.214.403,74	508.815.845,14	579.382.819,71	719.029.731,66
Seropédica	109.577.330,17	188.285.790,75	–	281.480.621,50
ERJ	33.717.353.425,43	76.603.460.697,77	68.277.944.278,91	99.812.606.570,33

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI)

Tabela 14: Receita orçamentária total (dados agregados)

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Rio de Janeiro	15.243.212.215,80	22.400.050.110,63	29.344.617.128,20	29.677.955.685,60
ERJ	33.717.353.425,43	76.603.460.697,77	68.277.944.278,91	99.812.606.570,33

Baixada Fluminense 4.485.941.860,47 6.389.387.111,00 6.806.755.785,75 9.223.671.857,22

É possível observar com a tabela 14 a enorme diferença entre as receitas do município do Rio de Janeiro e da região da Baixada Fluminense de forma agregada. Em contraste negativo com a necessidade, o orçamento é bem menor nos municípios da Baixada Fluminense.

Outro indicador importante a ser observado é o que demonstra a Arrecadação Tributária per capita nos municípios. Este indicador demonstra o total arrecadado pelo município através dos seus tributos no exercício orçamentário em relação ao total da sua população.

Tabela 15: Arrecadação tributária per capita

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	98,18	146,20	141,60	157,84
Duque de Caxias	389,53	471,75	531,02	624,68
Guapimirim	174,24	204,88	0,00	406,47
Itaguaí	1.443,82	1.650,60	1.382,54	1.497,78
Japeri	46,76	102,45	104,29	116,90
Magé	141,20	137,57	179,09	233,33
Mesquita	92,12	192,88	195,14	231,99
Nilópolis	135,36	189,35	236,62	348,56
Nova Iguaçu	141,88	211,37	267,99	374,46
Paracambi	143,66	121,52	163,14	371,26
Queimados	97,18	207,17	237,79	285,19
Rio de Janeiro	909,33	1.299,87	1.531,99	1.920,18
São João de Meriti	107,30	169,99	188,78	257,94
Seropédica	165,29	429,38	–	391,30
ERJ	546,95	2.481,03	2.716,32	3.094,35

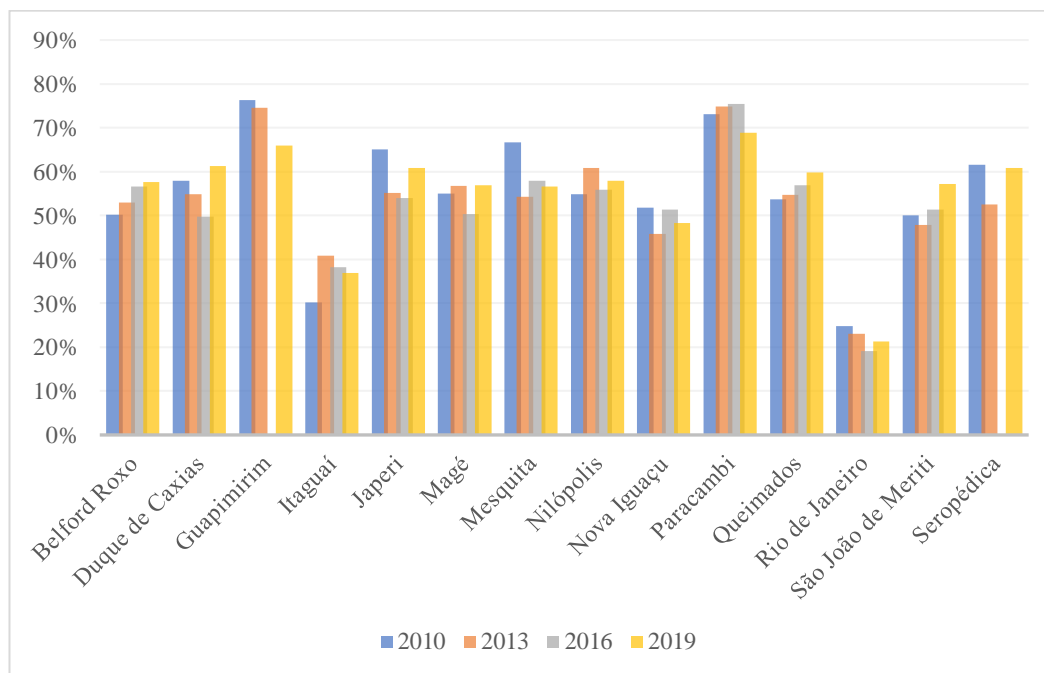
Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI)

A receita tributária expressa tudo o que o município arrecada através de seus tributos, sem levar em consideração qualquer transferência de outra entidade. Conforme indicam os números, com exceção de Itaguaí, a arrecadação tributária per capita dobra nos municípios da Baixada Fluminense e na capital. Ainda, no Estado do Rio de Janeiro esses números mostram que em 2019, a arrecadação tributária quintuplica o que foi arrecadado em 2010.

Abaixo, o gráfico demonstra a participação percentual de transferências do Estado e da União na Receita Orçamentária Total dos municípios da Baixada Fluminense e da

capital, mostrando que, exceto Itaguaí em proporções menores, os municípios da Baixada muito dependem das transferências do Estado e da União.

Gráfico 4: Participação percentual de transferências do Estado e União na receita orçamentária total dos municípios.



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI)

No que se refere aos indicadores de Finanças Públicas, as estatísticas referem-se à despesa orçamentária total liquidada e à relação entre a despesa e a receita total orçamentária.

Conforme descrito nas Tabelas 10 e 11, pode-se observar que praticamente todos os municípios gastam 100% das receitas orçamentárias nos exercícios analisados, cumprindo a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é um dos principais dispositivos do orçamento público. Na LOA de cada município são fixadas as despesas públicas autorizadas para o exercício financeiro.

Tabela 16: Despesa orçamentária total liquidada

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	397.325.930,48	517.341.742,79	634.260.570,04	658.430.822,00

Duque de Caxias	1.454.354.041,00	1.725.199.163,51	2.260.668.306,33	2.522.948.039,80
Guapimirim	92.425.564,39	130.279.396,68	-	180.587.130,04
Itaguaí	313.601.001,45	409.516.915,46	533.958.321,27	516.876.808,57
Japeri	101.200.058,69	129.692.994,54	167.992.788,99	184.363.898,47
Magé	284.599.216,05	374.524.528,46	425.759.469,60	496.116.246,43
Mesquita	117.205.467,23	214.291.320,37	225.983.353,11	277.708.461,72
Nilópolis	161.038.709,35	196.967.498,98	276.190.858,46	312.158.061,41
Nova Iguaçu	-	1.036.886.895,06	1.249.501.744,03	1.659.397.918,83
Paracambi	83.016.763,85	104.972.550,42	112.248.363,45	131.126.128,63
Queimados	114.014.234,63	206.674.702,15	271.574.081,36	334.189.698,20
Rio de Janeiro	13.843.996.919,59	21.073.647.494,40	28.693.958.086,02	29.419.341.608,13
São João de Meriti	329.388.482,53	485.804.609,19	547.791.777,51	718.453.946,74
Seropédica	102.262.811,44	173.603.037,09	-	180.561.156,70
ERJ	29.884.185.789,95	71.051.454.698,13	60.467.140.870,97	66.557.198.509,75

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI)

Tabela 17: Relação entre despesa total liquidada e receita orçamentária

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	95%	90%	103%	84%
Duque de Caxias	102%	89%	100%	92%
Guapimirim	101%	87%	-	90%
Itaguaí	96%	75%	112%	85%
Japeri	105%	77%	83%	77%
Magé	107%	95%	95%	91%
Mesquita	148%	86%	86%	76%
Nilópolis	106%	83%	91%	82%
Nova Iguaçu	105%	95%	103%	90%
Paracambi	110%	97%	93%	99%
Queimados	102%	83%	87%	89%
Rio de Janeiro	94%	94%	98%	99%
São João de Meriti	113%	95%	95%	100%
Seropédica	95%	92%	-	64%
ERJ	96%	93%	89%	67%

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (SICONFI)

Como observado nesta seção, quando se trata de finanças públicas é perceptível que os municípios da Baixada Fluminense não possuem autonomia financeira, sendo dependentes diretos das receitas provenientes do Governo do Estado e Federal para gerir as contas públicas. Sem essa autonomia, a dependência do Estado e da União se faz refletir os problemas econômicos que os outros entes enfrentam e possam vir a enfrentar. Por exemplo, um descontrole fiscal federal que reduza as transferências da União para o Estado vai, diretamente, afetar as contas dos municípios, mesmo que outras variáveis se mantenham constantes dentro do município.

3.4 – GRUPO 4: VIOLÊNCIA

Historicamente, a Baixada Fluminense é conhecida no Rio de Janeiro como uma região com altos índices de violência. No imaginário da população carioca, existe a concepção de que a Baixada é formada por favelas e comunidades controladas pelo tráfico

e milícias armadas, o que faz com que as pessoas tenham medo de frequentar os municípios da região e perpetua um estigma do preconceito de classes.

Os indicadores dessa seção são taxas calculadas para cada 100 mil habitantes e os indicadores apresentados demonstram o estado da segurança pública na Baixada Fluminense, cuja realidade é expressa por taxas que superam a média estadual de violência.

O indicador constante na Tabela 18 mostra a Taxa de Homicídio Doloso nos municípios da Baixada, capital e Estado do Rio de Janeiro.

Conforme descrito anteriormente, as taxas registradas em praticamente todos os municípios da Baixada Fluminense superam as taxas da capital fluminense e do Estado, o que evidencia a falta de segurança da população. Observando os anos de 2010 e 2019 pode-se perceber também que, apesar de ainda maiores que a média estadual, as taxas de homicídio diminuem na maioria dos municípios.

Tabela 18: Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	42,19	62,40	41,89	40,12
Duque de Caxias	43,16	49,32	40,93	30,99
Guapimirim	-	-	42,03	38,01
Itaguaí	55,88	54,53	64,54	33,83
Japeri	54,51	47,77	93,47	27,68
Magé	-	-	43,59	29,38
Mesquita	45,13	24,68	39,76	19,87
Nilópolis	31,75	20,22	30,95	18,46
Nova Iguaçu	45,15	58,90	48,28	34,83
Paracambi	10,62	18,48	67,90	11,48
Queimados	36,97	37,39	125,93	43,91
Rio de Janeiro	25,75	20,39	20,47	16,88
São João de Meriti	34,40	33,20	36,70	22,44
Seropédica	21,74	28,30	41,83	20,65
ERJ	29,81	28,99	30,31	23,19
Guapimirim; Magé	23,96	34,48	-	-

Fonte: ISP – Instituto de Segurança Pública

Tabela 19: Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes (dados agregados)

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Rio de Janeiro	25,75	20,39	20,47	16,88
ERJ	29,81	28,99	30,31	23,19

Baixada Fluminense 34,27 36,13 55,22 28,59

Fonte: ISP – Instituto de Segurança Pública

Como mostra a tabela 19, a Baixada Fluminense mantém o status de violência superando as taxas de homicídio doloso da capital e do Estado do Rio de Janeiro. A política de segurança pública na Baixada, tal qual no Estado, precisa de revisão. Neste caso, mais sofre com a insegurança a população periférica na Baixada.

No próximo indicador, são apresentados números referentes a taxa de morte por intervenção de agentes do Estado (Policiais). A violência policial é um debate que sempre está vivo na sociedade e novamente é possível identificar que os números mostram alguns municípios da Baixada com índices altíssimos de morte por intervenção policial.

Tabela 20: Taxa de morte por intervenção de agentes do Estado

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	9,38	5,86	10,73	23,29
Duque de Caxias	12,63	3,78	8,23	12,07
Guapimirim	-	-	0,00	3,30
Itaguaí	10,99	4,33	4,96	39,84
Japeri	2,10	0,00	3,98	45,82
Magé	-	-	3,81	4,90
Mesquita	7,13	2,35	5,85	9,09
Nilópolis	5,71	1,26	0,63	1,23
Nova Iguaçu	5,53	3,60	2,76	9,01
Paracambi	0,00	0,00	0,00	0,00
Queimados	0,00	0,00	4,84	25,94
Rio de Janeiro	7,67	3,48	7,12	10,81
São João de Meriti	3,48	1,09	5,43	10,58
Seropédica	0,00	0,00	0,00	2,43
ERJ	5,35	2,54	5,56	10,51
Guapimirim; Magé	4,65	0,70	-	-

Fonte: ISP – Instituto de Segurança Pública

É importante observar os números apresentados no ano de 2019 para os municípios de Belford Roxo, Itaguaí, Japeri e Queimados, tal como observar a evolução da violência policial no decorrer da década analisada. O aumento na taxa é exponencial, o que demonstra mais uma vez os níveis preocupantes de violência na Baixada e o despreparo das forças de segurança do Estado.

O próximo indicador trata de um assunto que, infelizmente, é recorrente no País onde a cada 10 minutos uma mulher é violentada sexualmente. A Baixada, não diferente dos demais indicadores desta seção, mostra números superiores à média estadual e da capital, Rio de Janeiro.

É possível observar que não existe uma tendência de queda neste indicador. Os números se mostram constantes e, em alguns municípios, existe o crescimento da violência sexual. Falta, além de políticas públicas que promovam a segurança da mulher, um rompimento com o machismo estrutural enraizado na sociedade, este que castiga, diariamente e a todo momento não somente às mulheres fluminenses, mas também às brasileiras.

Tabela 21: Taxa de estupro por 100 mil habitantes

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	43,05	35,39	22,26	25,84
Duque de Caxias	30,52	37,88	30,22	36,10
Guapimirim	-	-	28,02	56,18
Itaguaí	43,05	42,41	37,23	47,36
Japeri	41,93	44,72	28,84	25,77
Magé	-	-	36,39	53,05
Mesquita	40,38	35,26	35,08	27,26
Nilópolis	38,73	44,85	30,32	24,62
Nova Iguaçu	38,86	40,88	37,75	40,43
Paracambi	12,75	30,80	17,97	28,70
Queimados	47,85	61,37	33,21	53,22
Rio de Janeiro	22,82	29,86	23,07	25,69
São João de Meriti	32,22	36,46	29,31	32,39
Seropédica	37,09	34,46	23,90	42,52
ERJ	28,69	35,95	28,28	31,57
Guapimirim; Magé	38,62	47,37	-	-

Fonte: ISP – Instituto de Segurança Pública

A taxa de roubos por cem mil habitantes expressa na Tabela 16 demonstra, mais uma vez, a ineficiência na gestão dos recursos da área de segurança pública na Baixada Fluminense.

Tabela 22: Taxa de total de roubos por 100 mil habitantes

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
-------------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Belford Roxo	454,76	639,26	1029,26	1343,30
Duque de Caxias	1058,19	1355,50	1779,08	1729,78
Guapimirim	-	-	663,69	426,33
Itaguaí	525,82	679,41	1313,14	879,57
Japeri	109,02	182,94	815,42	589,87
Magé	-	-	816,69	544,33
Mesquita	820,06	1099,39	1958,84	1687,08
Nilópolis	1263,63	1434,09	2885,31	2045,73
Nova Iguaçu	781,30	991,28	1837,52	1376,64
Paracambi	89,22	119,08	361,49	277,47
Queimados	266,79	466,30	1240,62	900,75
Rio de Janeiro	1120,54	981,80	1585,11	1549,94
São João de Meriti	802,21	1227,43	2206,54	1892,65
Seropédica	246,86	361,80	774,50	844,35
ERJ	752,18	770,90	1255,00	1154,44
Guapimirim; Magé	235,66	336,44	-	-

Fonte: ISP – Instituto de Segurança Pública

Estes números estão associados, além da ação criminosa por ameaça ou emprego de violência, à falta de policiamento, de iluminação pública, de uso de tecnologias capazes de inibir a ação criminosa etc.

O próximo indicador mostra a taxa de apreensão de drogas por 100 mil habitantes (Tabela 17). Como pode ser percebido, o município de Paracambi se destaca superando as médias Estadual e da capital. É um município relativamente pequeno, mas que demonstra forte atividade do tráfico de drogas.

Tabela 23: Taxa de apreensão de drogas por 100 mil habitantes

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	26,64	60,30	75,08	30,93
Duque de Caxias	72,86	94,52	76,78	51,22
Guapimirim	-	-	98,06	89,23
Itaguaí	96,19	174,83	99,29	42,85
Japeri	116,36	160,58	184,96	96,40
Magé	-	-	108,33	82,02
Mesquita	76,01	149,25	127,47	85,18
Nilópolis	38,10	61,28	46,74	30,77
Nova Iguaçu	34,46	58,03	64,08	63,81

Paracambi	176,32	314,14	355,50	168,40
Queimados	49,30	52,91	94,10	34,59
Rio de Janeiro	61,74	110,75	117,84	64,39
São João de Meriti	14,37	35,81	93,59	53,98
Seropédica	44,77	107,06	137,45	63,17
ERJ	78,44	141,89	150,37	131,76
Guapimirim; Magé	59,01	109,36	-	-

Fonte: ISP – Instituto de Segurança Pública

O monitoramento da apreensão de drogas apresentado na Tabela 17 se apresenta como resultados da articulação das polícias no uso de instrumentos de inteligência. Este indicador pode contribuir para compreender o crime em si em cada município e possibilitar a construção de políticas públicas que combatam efetivamente organizações criminosas do tráfico de drogas.

Para finalizar essa seção, a taxa de apreensão de adolescentes por prática de ato infracional por 100 mil habitantes, um importante instrumento para o aprimoramento de políticas públicas que se voltam à população infanto-juvenil (Tabela 18).

Tabela 24: Taxa de apreensão de adolescente por prática de ato infracional por 100 mil habitantes

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	17,69	52,56	62,94	24,47
Duque de Caxias	39,53	102,98	49,16	20,99
Guapimirim	-	-	24,52	34,70
Itaguaí	53,13	106,45	54,61	24,81
Japeri	11,53	59,96	44,75	17,18
Magé	-	-	63,90	29,38
Mesquita	27,91	58,17	85,95	26,69
Nilópolis	19,68	46,12	56,22	16,00
Nova Iguaçu	28,29	51,07	50,54	22,53
Paracambi	50,98	102,66	71,90	36,36
Queimados	15,95	28,92	51,20	11,97
Rio de Janeiro	29,94	74,36	58,63	30,93
São João de Meriti	11,97	54,25	81,21	44,24
Seropédica	3,84	51,69	60,96	9,72
ERJ	28,85	69,39	60,72	35,08

Guapimirim; Magé	17,52	57,12	-	-
-------------------------	-------	-------	---	---

Fonte: ISP – Instituto de Segurança Pública

Novamente, Paracambi se destaca negativamente. Se relacionados os indicadores das Tabelas 17 e 18, pode-se fazer uma ligação com o problema apresentado na tabela 17 sobre as drogas. Essa comparação traz uma triste realidade vivenciada no Rio de Janeiro, onde jovens não são alcançados pela educação e encontram o crime como solução, muitas vezes, imaginando uma melhoria nas condições de vida.

Em um panorama geral dos indicadores apresentados, pode-se perceber que a Baixada Fluminense se destaca nos indicadores de violência com números maiores que a média da capital, Rio de Janeiro e do Estado. Isso indica que a política de segurança pública dos municípios é ainda pior que a do Estado, que demonstra o despreparo crônico com a Segurança Estadual da população. A partir da análise justa dos indicadores, é possível que haja políticas que sejam, de fato, inteligentes no combate ao crime organizado e na geração de uma melhor condição de vida e segurança para os moradores da Baixada e do Rio de Janeiro.

3.5 – GRUPO 5: DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O desenvolvimento social é, para qualquer sociedade, um fator mais que importante de tal modo que, quanto mais desenvolvimento social a sociedade buscar e conquistar, mais qualidade terão os serviços dessa sociedade. Vale destacar que o desenvolvimento social não está somente ligado ao crescimento econômico, este também pode ser relacionado a conquistas de direitos sociais e a uma distribuição de renda mais igualitária, que seja capaz de mitigar os perversos efeitos das desigualdades que são percebidas no Brasil.

A Baixada Fluminense, conforme já discutido e sendo um fato de conhecimento geral, é uma região onde a pobreza e a desigualdade social são latentes e hegemônicas em praticamente todos os pontos que se podem observar. Por isso, é importante observar o indicador que revela os números do Programa Bolsa-Família nos municípios da Baixada, capital e Estado do Rio de Janeiro (Tabela 19).

Tabela 25: Número de famílias beneficiárias do Bolsa-Família

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	36.648	34.991	41.990	47.964
Duque de Caxias	50.895	61.310	56.276	50.077
Guapimirim	3.565	3.810	4.306	5.362
Itaguaí	6.604	7.547	7.612	8.117
Japeri	9.544	10.283	9.386	10.084
Magé	17.835	18.920	17.939	17.937
Mesquita	8.118	10.385	10.583	11.579
Nilópolis	7.631	8.081	8.282	7.942
Nova Iguaçu	47.870	55.397	50.889	64.757
Paracambi	2.611	3.480	4.187	4.745
Queimados	10.809	12.818	13.127	12.077
Rio de Janeiro	168.270	230.798	233.726	245.621
São João de Meriti	21.177	22.536	20.511	16.708
Seropédica	5.473	5.926	5.673	8.372
ERJ	675203,25	812.242	813.710	860.345

Fonte: CECAD – Ministério da Cidadania

O Bolsa-Família foi um programa de transferência de renda direta do Governo Federal responsável, desde sua criação, por um importante movimento no país onde milhões de famílias deixaram a condição de extrema pobreza. Vale ressaltar também que o Bolsa-Família possuía condicionalidades importantes entre as quais: todas as crianças deveriam estar devidamente matriculadas e estudando e ainda, o ciclo vacinal deveria, obrigatoriamente, ser mantido em dia. Estas condicionalidades foram responsáveis por, além de manter as crianças na escola, diminuir consideravelmente a mortalidade infantil no Brasil a partir de 2004.

O próximo indicador demonstra o número de domicílios que estão abaixo da linha da pobreza nos municípios da Baixada, capital e Estado do Rio de Janeiro (Tabela 20). Este indicador demonstra o número de domicílios com renda per capita abaixo de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. Este dado é de extrema importância para que seja observada a evolução dos níveis de concentração de renda nos municípios e a partir destes dados, os governos Municipais, estadual e Federal desenvolvam políticas públicas que sejam capazes de gerar o desenvolvimento social.

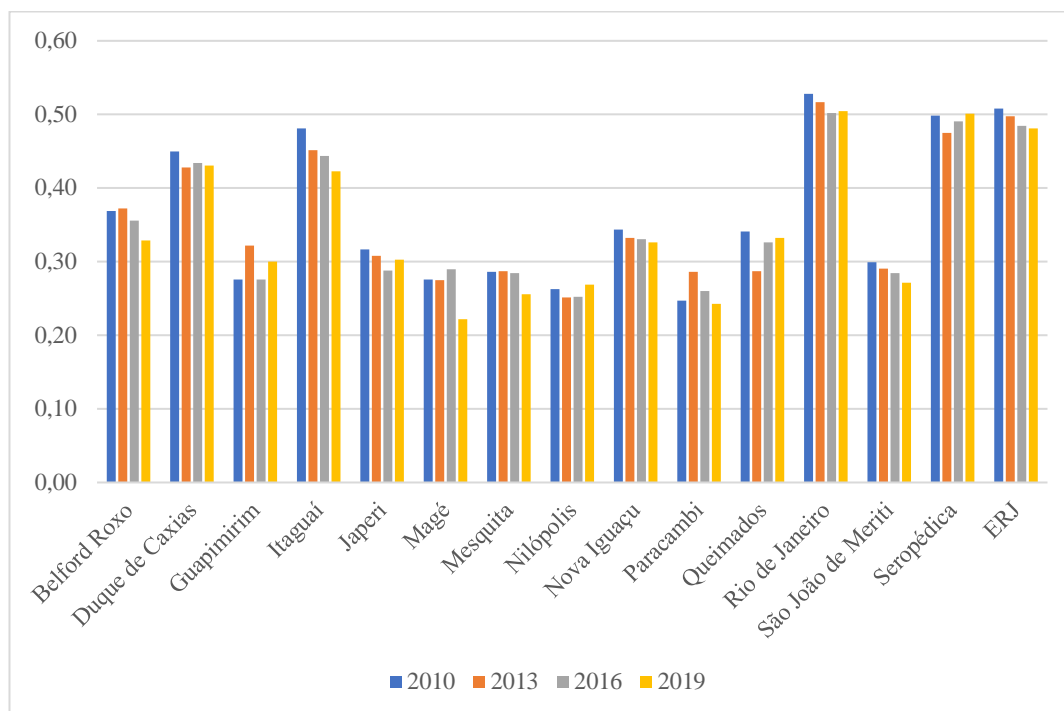
Tabela 26: Domicílios abaixo da linha de pobreza segundo renda per capita das famílias

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	54.036	59.409	65.294	92.269
Duque de Caxias	86.520	95.124	104.571	155.240
Guapimirim	5.322	5.851	6.386	6.612
Itaguaí	10.176	11.188	12.214	18.324
Japeri	11.913	13.098	14.295	22.110
Magé	24.002	26.389	28.916	44.430
Mesquita	15.162	16.670	18.266	27.781
Nilópolis	10.966	12.056	15.217	20.374
Nova Iguaçu	85.091	93.553	102.697	155.725
Paracambi	4.411	4.850	5.300	8.626
Queimados	15.588	17.250	18.971	28.433
Rio de Janeiro	397.563	437.100	479.878	685.264
São João de Meriti	40.940	45.011	49.226	77.337
Seropédica	7.518	8.266	9.134	13.857
ERJ	1.268.828	1.395.148	1.573.463	2.279.772

Fonte: Censo Demográfico, IBGE/ RAIS Vínculos - MTE

Se observada a Tabela 2 onde constam os dados da estimativa da população residente por nível de instrução, comparando com a Tabela 20, é possível evidenciar, mais uma vez, a condição de pobreza na Baixada Fluminense. Em alguns municípios, mais da metade dos domicílios são considerados abaixo da linha da pobreza. Um retrato triste da desigualdade na Baixada, no Rio de Janeiro e no país.

O próximo indicador mostra o cálculo do Índice de Gini, que mede a desigualdade social de um país, unidade federativa ou município. Sua importância se dá pelo fato de ser capaz de medir o grau de concentração de renda, o que outros indicadores como o PIB e Renda Per Capita não são capazes de fazer. O coeficiente de Gini pode variar de 0 a 1, onde quanto mais perto de 0 ele indica mais igualdade e quanto mais perto de 1, maior a desigualdade. O gráfico 5 demonstra a evolução do Índice de Gini durante a última década.

Gráfico 5: Índice de GINI

Fonte: RAIS/CAGED

É possível observar que nos municípios da Baixada Fluminense não existe alteração significativa no coeficiente de Gini, o que indica a manutenção da desigualdade social. Observa-se também que Seropédica possui níveis mais elevados de desigualdade que os outros municípios. Isso pode ser explicado, em parte, pela diferença de renda entre os moradores de Seropédica e os servidores da UFRRJ.

Cabe ao próximo indicador mostrar o Índice de Desenvolvimento Humano na Baixada Fluminense, na capital e no Estado do Rio de Janeiro. O IDH é uma unidade de medida que é utilizada para mostrar o grau de desenvolvimento da sociedade em três quesitos: Educação, saúde e renda. É um importante instrumento para demonstrar os níveis de resposta dos frente a essas demandas importantes da sociedade. O IDH pode variar entre 0 e 1 onde quanto mais próximo de zero, piores são as condições da região analisada para estes quesitos (educação, saúde e renda) e quanto mais próximo de 1, melhores são as condições nesses quesitos. A evolução do IDH na Baixada, na capital e no Estado está retratada no Gráfico 6.

Belford Roxo	98,90	100,58	97,19	98,88	90,03	92,26	89,58	90,75
Duque de Caxias	104,25	106,02	101,71	103,92	100,69	102,81	98,92	99,70
Guapimirim	89,59	89,61	91,42	94,51	90,41	91,80	88,07	91,83
Itaguaí	114,55	116,38	111,98	114,53	112,32	113,01	103,58	104,74
Japeri	111,01	113,85	108,09	110,03	104,99	100,89	92,42	92,10
Magé	117,88	120,74	111,86	116,20	111,48	114,96	109,61	112,94
Mesquita	90,74	93,62	92,82	96,60	89,44	89,62	88,39	89,48
Nilópolis	119,17	117,33	115,44	117,94	112,20	116,03	103,61	105,83
Nova Iguaçu	100,08	101,36	105,27	108,10	107,15	109,95	107,84	110,22
Paracambi	105,48	103,39	105,33	97,78	102,95	97,62	101,01	95,43
Queimados	112,78	116,91	113,63	115,69	113,07	113,28	106,23	105,75
Rio de Janeiro	103,10	105,61	104,03	104,83	100,58	100,96	97,82	98,55
São João de Meriti	98,25	98,18	98,33	100,37	92,59	94,21	92,21	93,28
Seropédica	122,08	121,30	121,35	119,70	121,22	119,18	117,22	115,08
ERJ	104,76	106,51	104,60	106,09	102,21	103,58	99,87	101,21

Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica – INEP

Tabela 28: Taxa de matrícula por sexo no Ensino Médio

TERRITÓRIO	2010		2013		2016		2019	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Belford Roxo	98,90	100,58	97,19	98,88	90,03	92,26	89,58	90,75
Duque de Caxias	104,25	106,02	101,71	103,92	100,69	102,81	98,92	99,70
Guapimirim	89,59	89,61	91,42	94,51	90,41	91,80	88,07	91,83
Itaguaí	114,55	116,38	111,98	114,53	112,32	113,01	103,58	104,74
Japeri	111,01	113,85	108,09	110,03	104,99	100,89	92,42	92,10
Magé	117,88	120,74	111,86	116,20	111,48	114,96	109,61	112,94
Mesquita	90,74	93,62	92,82	96,60	89,44	89,62	88,39	89,48
Nilópolis	119,17	117,33	115,44	117,94	112,20	116,03	103,61	105,83
Nova Iguaçu	100,08	101,36	105,27	108,10	107,15	109,95	107,84	110,22
Paracambi	105,48	103,39	105,33	97,78	102,95	97,62	101,01	95,43
Queimados	112,78	116,91	113,63	115,69	113,07	113,28	106,23	105,75
Rio de Janeiro	103,10	105,61	104,03	104,83	100,58	100,96	97,82	98,55
São João de Meriti	98,25	98,18	98,33	100,37	92,59	94,21	92,21	93,28
Seropédica	122,08	121,30	121,35	119,70	121,22	119,18	117,22	115,08
ERJ	104,76	106,51	104,60	106,09	102,21	103,58	99,87	101,21

Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica – INEP

Tabela 29: Taxa de matrícula por sexo no Ensino Técnico

TERRITÓRIO	2010		2013		2016		2019	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Belford Roxo	16,04	13,99	25,78	22,18	13,54	13,24	15,39	14,73
Duque de Caxias	20,05	17,50	30,81	26,51	17,85	17,54	20,98	19,28

Guapimirim	13,39	12,76	20,92	18,16	13,15	12,49	15,01	16,41
Itaguaí	22,45	16,73	35,15	33,25	22,14	18,69	21,56	19,97
Japeri	19,42	14,10	28,79	22,75	19,84	16,88	18,20	15,26
Magé	19,15	16,12	29,93	24,89	18,41	16,03	19,24	18,26
Mesquita	15,46	13,98	26,39	24,46	15,26	14,89	16,74	15,61
Nilópolis	23,22	19,94	35,69	34,02	21,70	21,08	21,95	22,37
Nova Iguaçu	19,65	17,84	30,80	27,38	18,65	17,72	20,80	20,51
Paracambi	17,14	13,82	25,71	21,90	16,75	17,25	16,35	14,07
Queimados	20,84	16,53	40,99	31,17	20,29	20,03	22,40	20,33
Rio de Janeiro	23,31	22,37	30,34	27,69	19,72	18,44	17,25	16,73
São João de Meriti	20,53	18,21	29,85	27,21	17,42	16,68	17,53	17,02
Seropédica	22,95	16,92	37,00	26,97	26,18	17,03	24,33	18,53
ERJ	20,90	19,11	30,02	26,69	18,79	17,77	18,96	18,04

Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica – INEP

Observando as tabelas acima que indicam a evolução das taxas de matrícula nos Ensinos Fundamental, Médio e Técnico, é evidente a baixa captação de jovens para o Ensino Técnico. Apesar da discussão sobre a ampliação do ensino técnico ser latente, principalmente por parte de governantes, ao observar os dados é possível ver que durante a década de 2010 a oferta e preenchimento de vagas nas escolas técnicas diminuíram. Os dados mostram que ainda há muito que se caminhar no sentido da democratização do acesso à essas escolas técnicas, principalmente nas regiões onde a desigualdade social se mostra mais devastadora.

As Tabelas 30, 31 e 32 tratam da Taxa de Distorção de conclusão nos Ensinos Fundamental, Médio e Técnico. Esse indicador expressa o percentual de alunos que concluem a etapa dos ensinos Fundamental, Médio e Técnico com idade superior à recomendada. No Brasil, a idade recomendada para a conclusão do Ensino Fundamental é 14 anos e dos Ensinos Médio e Técnico é 17 anos. Estes indicadores contribuem para a mensuração da eficiência escolar e da base para a adequação e/ou construção de políticas públicas educacionais que contemplem o acesso, a trajetória e desempenho do aluno nas escolas.

Se comparados os dados dos municípios da Baixada Fluminense e da capital, é perceptível que as taxas de distorção de idade/conclusão são maiores na Baixada, principalmente nos Ensinos Fundamental e Técnico. Quando relacionadas estas taxas apresentadas pelos municípios da Baixada à desigualdade social existente na região, é possível dizer que as condições de pobreza e desigualdade experimentadas pela

população baixadiana podem ter relação direta ao baixo desempenho educacional dos alunos. É preciso que haja empenho na criação de políticas públicas educacionais que amparem e criem condições para que os jovens que vivem na Baixada Fluminense tenham acesso a uma educação de qualidade. Muitos destes jovens que formam esta estatística de distorção somente fazem parte destes dados pois precisam trabalhar e não conseguem conciliar ambas as atividades, o que culmina em reprovação em último caso, no abandono escolar.

Tabela 30: Taxa de distorção idade/conclusão do Ensino Fundamental

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	32,00	29,70	30,70	29,10
Duque de Caxias	31,90	30,70	29,60	28,40
Guapimirim	32,80	33,60	25,90	25,40
Itaguaí	30,60	28,90	27,80	26,60
Japeri	38,40	35,10	28,30	24,00
Magé	33,80	34,40	28,20	27,60
Mesquita	29,00	26,60	22,70	22,20
Nilópolis	28,50	26,70	23,50	19,20
Nova Iguaçu	29,40	28,00	27,30	26,00
Paracambi	29,20	27,80	22,40	20,20
Queimados	32,80	27,90	26,20	25,00
Rio de Janeiro	21,80	19,90	19,60	15,60
São João de Meriti	29,30	26,40	25,10	25,00
Seropédica	32,30	32,80	29,00	29,00
ERJ	28,00	26,30	24,60	22,00

Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica – INEP

Tabela 31: Taxa de distorção idade/conclusão do Ensino Médio

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	48,70	35,70	35,20	37,90
Duque de Caxias	48,20	36,70	36,20	39,10
Guapimirim	48,00	36,50	35,00	36,60
Itaguaí	53,70	35,50	32,80	34,50
Japeri	53,80	44,20	42,00	41,60
Magé	39,20	33,00	34,50	35,10
Mesquita	40,90	34,00	36,00	37,80
Nilópolis	33,20	28,10	30,60	30,30
Nova Iguaçu	44,40	31,20	33,40	35,10
Paracambi	36,20	31,60	34,70	28,50
Queimados	47,60	38,70	41,90	41,20
Rio de Janeiro	47,40	33,10	34,50	34,70

São João de Meriti	44,40	31,80	32,10	34,50
Seropédica	44,30	29,70	31,40	35,80
ERJ	43,50	32,60	34,00	34,90

Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica – INEP

Tabela 32: Taxa de distorção idade/conclusão do Ensino Técnico

TERRITÓRIO	2010	2013	2016	2019
Belford Roxo	46,41	14,65	39,29	41,39
Duque de Caxias	47,48	29,53	54,30	72,05
Guapimirim	38,51	7,59	38,77	32,86
Itaguaí	44,99	31,79	57,00	52,12
Japeri	45,19	22,60	38,22	46,86
Magé	50,26	22,55	50,16	46,61
Mesquita	53,70	29,75	47,72	60,38
Nilópolis	52,69	29,97	58,68	63,11
Nova Iguaçu	53,22	30,96	55,35	61,59
Paracambi	34,27	7,89	43,05	86,00
Queimados	45,98	23,21	58,13	53,25
Rio de Janeiro	45,19	33,75	53,07	62,32
São João de Meriti	47,78	17,70	50,58	50,86
Seropédica	44,52	22,28	45,07	40,83
ERJ	48,83	33,00	53,75	58,81

Fonte: Microdados do Censo Escolar da Educação Básica – INEP

O próximo e último indicador a ser apresentado mostra a taxa de analfabetismo. Neste indicador fica evidente a como a Baixada Fluminense se destaca negativamente quando comparada com o município do Rio de Janeiro e o Estado. Porém, apesar de, ainda apresentar taxas de analfabetismo superiores à capital e ao Estado, também se pode observar que, felizmente, essas taxas diminuem, em alguns casos em mais de 50%.

Tabela 33: Taxa de analfabetismo

TERRITÓRIO	2000	2010
Belford Roxo	9,04	4,70
Duque de Caxias	8,29	4,70
Guapimirim	11,46	7,00
Itaguaí	9,35	5,10
Japeri	12,14	6,70
Magé	9,84	5,50
Mesquita	-	3,30
Nilópolis	4,00	2,10
Nova Iguaçu	7,95	4,50

Paracambi	12,62	5,10
Queimados	10,19	5,50
Rio de Janeiro	4,70	2,80
São João de Meriti	5,79	3,30
Seropédica	9,26	5,60
ERJ	6,88	4,10

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

Os dados de analfabetismo, conforme descrito anteriormente, diminuíram consideravelmente durante a última década na Baixada Fluminense. É de extrema importância que este dado continue a diminuir pois não existe desenvolvimento de fato atrelado ao analfabetismo e para além disso, saber ler e escrever deve ser algo universal. É importante que cada vez mais sejam encorajadas as políticas públicas educacionais que combatam o analfabetismo até que este seja erradicado.

CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho consistiu em fazer um levantamento histórico sobre a formação do território da Baixada Fluminense, de tal modo que foi possível compreender que a falta de planejamento urbano desde os primórdios culminou nas desigualdades estruturais latentes na atualidade. Os municípios da Baixada Fluminense atualmente ainda são verdadeiras “cidades dormitórios” por sua própria configuração histórico-geoespacial.

De forma a corroborar a perspectiva histórica, a análise de diversos indicadores econômicos, sociais, de violência, educação e demográficos para os treze municípios que fazem parte da Baixada Fluminense, a capital Rio de Janeiro e para o Estado teve como propósito demonstrar a evolução destes indicadores no período recente, mais especificamente, durante a o período de 2010 a 2019.

Apesar de a Baixada Fluminense ter alcançado o crescimento de 40% em atividades industriais na primeira década do século XXI, superando a média Estadual e do município do Rio de Janeiro, no período recente, analisado por este trabalho, pôde-se perceber um movimento em sentido oposto. Alguns indicadores, inclusive, mostram retração em alguns pontos, como nos níveis de participação no PIB estadual, no número de empresas, número de empregos e nas receitas orçamentárias.

Observando os indicadores socioeconômicos, por outro lado, percebe-se também o aumento da desigualdade social e de renda. No período analisado por este trabalho, convém observar a redução de políticas públicas voltadas para as populações mais carentes experimentadas, principalmente, a partir de 2015, com o agravamento da crise econômica e política que o país e, mais especificamente o Estado do Rio de Janeiro, passou a conviver. Três importantes indicadores a serem observados são o decréscimo no número de empresas e a diminuição no número de empregos formais por um lado *vis a vis* a um crescimento no número expressivo de microempreendedores individuais formalizados nos municípios da Baixada, na capital e no Estado do Rio de Janeiro. Estes dados são importantes quando contracenam com o aumento do desemprego no país, que desde 2016 apresenta números acima de 10%. Estes movimentos podem sinalizar para o aumento da informalidade no setor de trabalho, cujas nuances contracenam com o

famigerado empreendedorismo, já que, como exemplo, o número de motoristas de aplicativo e entregas cresceu muito durante a última década.

Com relação à violência, é possível observar as médias dos municípios da Baixada Fluminense superiores às médias da capital e do estado. A Segurança Pública é um debate latente entre a população do Rio de Janeiro em geral e, no caso da Baixada Fluminense, a violência sempre foi um ponto que demonstrou ineficiência, gerando insegurança na população. Diante dos indicadores apresentados, a Baixada Fluminense tem-se perpetuado como um “*locus* de violência” no estado fluminense.

O indicador que mostra o número de domicílios classificados como abaixo da linha da pobreza elucida o retrato de pobreza hegemônica que aparece nos municípios da Baixada Fluminense. Em alguns municípios, inclusive, os números dos domicílios que retratam as famílias nessas condições chegam a mais da metade do número geral de domicílios. Este triste retrato mostra, mais uma vez, a necessidade de intervenção do Estado promovendo políticas públicas que garantam a cidadania e o bem-estar da população da Baixada, afinal é inadmissível conviver tranquilamente com a “homogeneidade da desigualdade”.

Ainda que a realidade atual dos municípios baixadianos comprove sua debilidade socioeconômica, a Baixada Fluminense historicamente já mostrou seu potencial para ser uma importante região produtiva e consumidora para o Estado. É uma região estratégica para que possui a possibilidade de abrigar investimentos e atividade industrial como nos casos atuais do município de Itaguaí com o Porto Industrial, Duque de Caxias com a REDUC, Queimados com seu Polo Industrial, Belford Roxo com o Parque Industrial Bayer. E além da atividade industrial, a Baixada também possui grandes centros comerciais e um enorme mercado consumidor, como Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. Ainda, Nova Iguaçu também se destaca por possuir uma enorme gama de investimentos imobiliários.

A ineficiência das políticas públicas na Baixada Fluminense, desde sempre, faz com que se mantenha o status de baixo desenvolvimento humano e o aumento das desigualdades durante a história da região. É importante que seja de interesse do Governo do Estado o auxílio aos Governos Municipais da Baixada para que se promova o bem-estar da população e a melhoria nas condições de vida, trabalho e renda.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, J.A. **Espaço e Movimentos Reivindicatórios: O caso de Nova Iguaçu**. Dissertação de Mestrado PPG Geografia – UFRJ, Rio de Janeiro. Maio, 1983.
- FIGUERÊDO, M.A. “**Gênese e (re)produção do espaço brasileiro na Baixada Fluminense**”. Revista Geo-Paisagem, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, 2004.
- SIMÕES, M.R. **A Cidade estilhaçada. Reestruturação Econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2007.
- MONTEIRO, L.A. **Retratos em Movimento: Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense**. FGV, Ed., 2016.
- MORAES, M. D. d., Natal, J., & Janeiro., U. F. d. R. d. (2008). **Autonomia municipal ou descentralização subordinada? A questão do saneamento nos novos municípios da Baixada Fluminense**. UFRJ.
- MORAIS, M. L. d., Silva, W. R. d., & janeiro., U. F. d. R. d. (2017). **Os novos usos do espaço urbano periférico: O processo de reestruturação urbana em Queimados - RJ**. UFRJ.
- REIS, E.A., Reis I.A. (2002) **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Disponível em: www.est.ufmg.br
- RODRIGUES, A. O., Oliveira, A. d., & janeiro., U. F. d. R. d. (2014). **Baixada Fluminense: Inovações e permanências**. UFRJ.
- SOARES, M.T.S. **Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia. Ano24, n.2, p.157-241, abr.-jun.1952.